
A CATEQUESE JESUÍTICA ENTRE OS ÍNDIOS KAINGÁNG, 1848-1851

Ferdinand Azevedo S.J.
Recife

Os jesuítas voltaram ao Brasil em 1842 e reiniciaram suas atividades principalmente nas Províncias de Santa Catarina e de São Pedro do Rio Grande do Sul. Alguns desses primeiros jesuítas, que foram quase todos espanhóis, ensinaram a doutrina cristã durante os anos de 1848-1851 a alguns índios que pertenciam ao Grupo Kaingáng e moravam na vasta região entre Cruz Alta, Nonoai, Passo Fundo e Vacaria na Província do Rio Grande do Sul. Sua atuação apostólica foi apenas um pequeno episódio entre os trabalhos missionários realizados no Brasil durante o século XIX, mas acentuou bem a difícil tarefa de estender o cristianismo como os Padres o entenderam e o viveram com esses índios. Essa tentativa mostrará como esses jesuítas realizaram parcialmente um sonho antigo de retomar as atividades de seus antecessores, na época colonial, entre os índios, e confirmará a apreciação feita pelo historiador Pe. Mathias Kieman, OFM, de que (1):

"A política indigenista no Brasil, como em muitos países, foi e é uma mistura confusa de religião, humanitarismo e cobiça."

OS ANTECEDENTES

O fim da Revolução Farroupilha permitiu que a Província do Rio Grande do Sul se normalizasse e a questão dos índios voltou a chamar atenção das autoridades. O primeiro a indicar a gravidade da situação foi o Pe. Antônio de Almeida Leite Penteado que escreveu a seguinte carta ao Presidente Caxias (2):

"III. e Exm. Sr. Conde de Caxias — Tendo eu vindo a esta província o anno pp., onde tendo de demorar-me, e como sempre animado a prestar-me ao serviço da S. May Igreja; e todas as Parochias se achem providas, e sendo esta vasta, pelo Reverendo Parocho fui encarregado do curato de uma nascente população denominada — Passo Fundo; e Butu-

(1) KIEMEN, Mathias, OFM. "The Status of the Indian in Brazil after 1921." *The Americas*, Washington, D.C., 21 (3): 263, jan. 1965.

(2) "O Imparcial." 9 jul. 1845, 1, n. 72.

carahy —, pontos freqüentemente invadidos pelos selvagens: e como o Tenente Rosa encarregado do Exm. Sr. Presidente de S. Paulo a por hum pique d'aquella para esta pelos fundos de Palmas casualmente sahio pelos toldos de numerosas tribus, e por via destas somos sufficientemente informados da existência de mais 6, quase em torno d'aquelles que juntos somão grande número. Impellido pelo irresistivel patriotismo que me açula sempre a ser útil a minha Pátria, e recordando me da utilidade que em S. Paulo se tem colhido da cathequese, tomei a ausadia de dirigir me a V. Ex. que tomando em consideração quanto posso a expender de suas luzes primeiramente partirá indulgências a meu atrevimento, e de suas comprovadas medidas, e disvellos a prol do Brasil partira providências, que muito aproveitará ao futuro. Sim, Exm. Sr. encarnando o deplorável estado desses meos patricios, primeiros senhores deste, o mais ameno torrão América, perseguidos a ponto de se encantoarem por esses apertados desertos, só tendo abrigo dessas escarpadas serras, sempre hostilizados, e hostilizando; parte das maneiras mais com que alias nossos maiores os illudirão, quando aproveitando-se de sua boa fé, e ignorância começarão a assassina-los, rouba seus filhos, e escravisa-los, factos estes e outros que de alguma maneira não deixa de justificar, seus barbaros feitos, por quanto se vem as atrocidades, que para com elles practição os civilizados quando atacão seus toldos. Ora sendo 1 1º toldo pouco distante desta praça parece que nenhum occasião seria mais oportuna para a cathequese, que essa; e que o governo com alguma dispesa em ferramentas e fazendas grossas mandando fazer huma visita à 1ª Tribu por hum Ecclesiástico acompanhado de huma força defeza tendo por fim agrada-los etc., por via destes reuniria os outros toldos; e que repetendo pela 2ª e 3ª vez se poderá trazelos ao largo, onde o governo possa chamar os homens ao serviço de estado em ponto que lhe não offereça vantagem a deserção, e então as familias destituidas deste apoio se podem concervar sem perigo de tornar as mattas, e educarem se 2º medidas que houverem a respeito: ommitto de fazer reflexões por não tomar o tempo a V. Exm. — Entretanto em offereço a V. Exm. o empenho de minha mesquinha erudição por esta cathequese, e mormente para imbuir nos rudimentos da Fé e mesmo para a visita.

Rogo a Deus queira prosperar a V. Exm. felizes annos de cujos serviços muito aproveita a pátria. Capella da N. Sra. da Conceição do Passo Fundo, 17 de junho de 1845."

O Presidente Caxias ficou impressionado e agiu sem nenhuma licença da Corte, enviando um padre para ajudar os índios (3). O seu Relatório de 1846 explica lapidariamente a sua resposta (4):

"Em julho de 1845 ordenei ao Tenente Coronel Antônio Maia, Commandante Militar da Cruz Alta que prestasse o auxilio de uma

(3) SPALDING, Walter. "Administração de Caxias." *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, 262: 244, 1964.

(4) *Ibid.*, p. 294-295.

escolta para acompanhar o Padre Antônio de Almeida Leite Penteado que se me offercera para ir levar as primeiras luzes do Christianismo ao seio dos Toldos dos Índios, que demoram pelas immediações do Passo Fundo. Mandei-lhe dar um altar portatil, roupa e ferramentos para serem destruidos por elles; ordenando que não se lançasse mão desses homens para o serviço, antes os acarenciasse para melhor attrahi-los a civilização, e dissipar toda a má suspeita a nosso respeito. Estou informado que nenhuma resistência põe os Índios ao seu aldeamento, antes o procuram. Mais de 400 Índios se apresentaram ao dito Padre, e por elle lhes foram distribuidas roupas e fazendas compradas pelo zeloso Sacerdote, além dos que lhe mandei dar para esse fim.

Por este mesmo tempo veio a Província o Tenente Francisco Ferreira da Rocha Gomes, encarregado pelo Governo Provincial de S. Paulo de explorar terreno, e abrir uma nova estrada por conta daquela Província; no seu regresso mandei-o acompanhar pela mesma escolta que seguia com o Padre Penteado; este Tenente demorou-se oito dias entre os Índios, ensinando-lhes a preparar e fazer uso das ferramentas, e os deixou mui contentes, e já cuidando em suas roças."

Este é o aspecto mais cristão e humanitário do tratamento governamental para com os índios. Porém, há outros menos louváveis e não é surpreendente que se trate de estradas e dos resultados do uso delas pelos não-índios.

O Presidente Caxias encontrou a Província muito carente em relação a estradas e quis melhorar sensivelmente esses meios de comunicação e comércio. O historiador Arthur Ferreira Filho sumariza a atuação de Caxias (5).

"Ao tempo em que o futuro Duque de Caxias assumiu o governo da Província, o sistema de comunicação ainda se encontrava em estado primitivo. O único transporte que funcionava, com certa regularidade, era a navegação fluvial e lacustre. As carretas transitavam onde e como a natureza do terreno o permitisse.

Nas zonas montanhosas imperava o velho cargueiro, à moda paulista. Não existiam estradas, nem pontes nos rios, a não ser as poucas que a República Farroupilha havia construído com seus exíguos recursos. O Governo Imperial nada fizera, até então. Caxias elevou a verba para estradas de 48 para 296 contos de réis. Em 1845 estava em execução o alargamento das picadas dos matos Português e Castelhana, a estrada do Mundo Novo a Vacaria e a abertura de uma nova estrada de Rio Pardo para Cruz Alta, atravessando a serra. Em 1849 são concluídos estudos e é iniciada a abertura da estrada São Leopoldo-Passo do Rio dos Sinos, comunicando esta povoação com Santa Cristina do Pinhal e Colônia Mundo Novo. E já em 1858 se construíam estradas nos pontos mais remotos da Província, como

(5) FERREIRA FILHO, Arthur. *História geral do Rio Grande do Sul*. 5 ed. Porto Alegre, Globo, 1978. p. 115-116.

de Nonoai a Palmeira. Essas estradas, todas de indiscutível utilidade, ressentiam-se da falta de subordinação a um plano geral, reduzindo-se muitas delas ao papel comunicante entre duas localidades, sem ligação com as estradas-tronco. Atenuando a grave lacuna, tratou-se de construir uma estrada ligando Porto Alegre à fronteira do Oeste, sem desviar o traçado para atender interesses locais de povoações que lhe ficassem às margens."

Os índios, entre os quais, os jesuítas iriam trabalhar, já tinham uma história de sofrimentos em relação a estradas. Desde o tempo de Dom João VI, os índios da área de Guarapuava sentiram a força pesada governamental. Assessorado pelo Conde de Linhares, Dom João determinou, em abril de 1809, uma expedição de conquista a Guarapuava a fim de abrir um acesso mais direto entre Curitiba e o Rio Paraná. A finalidade dessa expedição foi diplomática, mas já apontava para uma estrada. Mais tarde aconteceu o inevitável. O antropólogo Carlos de Araújo Moreira Neto nos informa (6):

"A valorização das terras servidas pela estrada (entre São Paulo e o território de Missões no Rio Grande do Sul) contribuiu para que novas tentativas de desalojamento se exercessem contra as áreas ocupadas pelos indígenas. Ao mesmo tempo, a Assembléia Legislativa de S. Paulo reclamava insistentemente a transferência dos índios de Guarapuava para o aldeamento de Palmas, medida por ela decretada em consonância com os interesses imobiliários já referidos."

Em 1832, ainda antes da Revolução Farroupilha, durante o primeiro mandato do Presidente Galvão, seu Relatório sublinhava sua preocupação (7):

"De todas as empresas desta ordem, a que me parece dever reclamar a vossa imediata atenção, he a abertura da estrada que conduz ao Registro de Santa Victória: são guaridas de Bugres as matas denominadas Português e Castelhana: soffrem nas suas fazendas os viandantes, correm iminentes riscos as suas vidas, e o dispendido de seis contos de reis em que se orçou a obra, quantia de que bem depressa seria indemnizada a Nação com os direitos que cessa de perceber pelas hostilidades do gentio garante tantos males."

Quatorze anos mais tarde o Presidente Caxias repetiu o mesmo refrão (8):

(6) MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. "Alguns dados para a história recente dos Índios Kaingáng." In: — LA SITUACIÓN DEL INDIGENA EN AMÉRICA DEL SUR. Montevideo, Tierra Nueva, 1972, p. 387.

(7) ROCHE, Jean. *L'administration de la province du Rio Grande do Sul de 1829 à 1847*. Porto Alegre, Universidade do Rio Grande do Sul, 1961, p. 94.

(8) *Ibid.*, p. 170-171.

“Para afugentar os Bugres selvagens que atacavam os viajantes nas picadas dos mattos Portuguêz e Castelhana, ordenei ao Tenente Coronel Antônio Maria, Commandante do 2º Batalhão de Caçadores, e da Guarnição na Cruz Alta, que mandasse alargar com mais 30 braços os ditas Picadas, na extensão de 2 legoas e meia legoa pela matto Portuguêz, e de meia legoa pelo Castelhana, empregando nesse serviço para maior economia, 100 praças do dito Batalhão, vencendo a gratificação de 200 reis diários, e authorisando-o a chamar paisanos habilitados a esse trabalho, vencendo, além de uma etapa, 320 reis diários; essa obra está feita; e é mais uma sofrível estrada que tem a Província.

Sendo eu informado de que se podia abrir uma nova estrada desde a linha dos Alemães até os Campos da Vaccaria, que poupasse 30 a 40 legoas de caminho, encarreguei o Alferes da Guarda Nacional, David Pereira Dias, mui pratico d’aquellas paragens, de abrir uma picada para ensaio, empregando nesse trabalho 64 pessoas, que mandei municiar, prestando-lhe igualmente o auxilio da força, quando o reclama para expellir os Índios selvagens, que disputem o Campo. Em bom andamento está esta obra, posto que não concluída.”

O Presidente Caxias falava dos colonos alemães e as dificuldades com os índios começavam a clamar por uma solução. A antropóloga Ítala Irene Basile Becker nos dá uma visão clara sobre esse problema e a solução dada (9):

“Os assaltos de 1829-1847, retratados pelos colonizadores brancos (Alemães) parecem violentações e injustiças praticadas pelos índios; olhados pelos índios no mínimo podem ser interpretados como atos de defesa ou vingança contra a invasão e opressão branca. Também existem assaltos que precisam uma explicação especial: são os realizados pelo Cacique Nicué, colocado numa situação insustentável entre seus pares, devido a sua dissidência, e que realiza diversos assaltos, onde se procura abastecer e onde rapta pessoas, possivelmente, para aumentar os braços femininos do seu grupo.

Como reagem os brancos? De várias maneiras: os colonos se retiram, ou se fortificam, ou atacam os índios e tentam recuperar os raptados. A partir de 1848, o Governo da Província procura resolver o problema aldeando os índios. Nessa atividade, não só conta com a catequese, mas também com as companhias de pedestres que policiam a área, os bugreiros que retiram os índios do mato, as construtoras de estradas que, traçando caminhos pelo meio dos territórios indígenas, os destroçam ou desestimulam, e os próprios caciques dissidentes que ajudam a amansar ou destruir seus irmãos.”

(9) BECKER, Ítala Irene Basile. “O Índio Kaingáng e a colonização alemã no Rio Grande do Sul.” Separata de *Anais do 2º Symposium de História da Imigração e Colonização Alemã no Rio Grande do Sul*, São Leopoldo, R.S. s.d. p. 69.

O ENREDO POLÍTICO

Os jesuítas tiveram a oportunidade de trabalhar com os índios no Rio Grande do Sul, devido ao interesse do Presidente Manuel Antônio Galvão. Sem esse apoio, é duvidoso que tivesse existido uma missão jesuítica entre os índios Kaingáng, por causa da orientação política da Assembléia Provincial. O Presidente Galvão tinha duas possibilidades: a primeira era conseguir os serviços dos padres capuchinhos italianos, que tinham fama de ser excelentes missionários com os índios e, já em 1825, haviam sido convidados pelo governo imperial para trabalhar no Brasil e em 1845 receberam autorização de dirigir missões estabelecidas pelo Império (10); a segunda, era aproveitar a legislação imperial, Decreto nº 426 de 24 de julho de 1845, estabelecendo o sistema tutelar de Diretorias Gerais e Locais.

O Decreto nº 426 foi a legislação básica sobre o índio durante o resto do Império (11). Estabeleceu um Diretor Geral dos Índios para cada Província, nomeado pelo imperador, e um diretor para cada aldeia, nomeado pelo presidente da Província. O decreto não é específico, mas supomos que o presidente nomeou, como ele mesmo fez, um missionário para essas aldeias. As atribuições de todos esses cargos são discriminadas no decreto (12).

A nova legislação visava à civilização dos índios, fazendo-os cidadãos úteis para a sociedade como o governo imperial o entendia. O alvo dessa legislação foi humanitário, mas na prática enfrentou muitas dificuldades. O cargo de Diretor das aldeias normalmente se tornou honorífico, com grande prejuízo aos próprios índios (13). O Presidente Galvão tinha grandes esperanças com essa nova legislação, mas sua execução no Rio Grande do Sul deixou muito a desejar.

A realidade do aldeamento do índio foi complicada e achamos que, antes de narrar a participação jesuítica nela, seria de grande utilidade apresentar uma parte do Relatório de 1847 sobre a "Catequese e civilização dos índios" (14).

(10) KIEMEN, "The Status." p. 268.

(11) RODRIGO, Otávio. *Os selvagens americanos perante o direito*. São Paulo, Companhia Editorial, 1946. p. 150-151.

(12) COLLEÇÃO das Leis do Império do Brasil de 1845. Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1866, t. 7., p. 81-83.

(13) PITANGA, Antônio F. de Sousa. "Tutela dos índios: sua catequese." *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, III, 1º Congresso de História Nacional, p. 507, 1916.

(14) ROCHE. *L'administration*. p. 222-224.

“Debaixo d’esta epigrafe, só tenho de falar do aldeamento de Nonohay: está assentado no districto do Passo Fundo; tem uma extensão de sete legoas, abunda de agoas, de matos e de campos; preenche todas as condições requeridas para os estabelecimentos d’esta ordem.

Em 20 de julho de 1846, nomeou-se Inspector d’esse aldeamento João Cypriano da Rocha Loures, e encarregou-se ao Dr. Juiz de Direito da Comarca de Missões a direcção, por não haver ainda sido nomeado pelo Governo o Director Geral dos Índios. Em agosto, creou-se uma Companhia de Pedestres, e o mando d’ella foi dado ao Capitão Marcelino José do Carmo: organisadas as instruções, remetteo-se-lhe o fardamento e o armamento da Companhia, e as fazendas e ferramentas para os Índios: estes donativos custarão Rs 1.023\$865.

Havendo-se ajustado com o Índio Victorino Condá dar-se-lhe uma gratificação mensal de 50\$000 reis logo que a Aldeia reunisse 500 almas, modificou-se esse ajusto dando-se-lhe uma mensalidade de 5\$000 de cada 50 que apresentasse.

Requerendo o Inspector a abertura da estrada do Sarandy, e a da Sepultura, a primeira foi adiada, e a segunda ficou dependendo do exame a que se mandará proceder para abertura da nova estrada do Rio Pardo a Corocú por Cima da Serra: d’esta estrada falarei em lugar proprio.

Até dezembro de 1846, já havia o Inspector dispendido com o sustento dos Índios, e com outros objectos que lhes dera Rs 1.296\$780, que o meu antecessor mandou pagar, havendo em setembro d’aquelle anno, informado o Juiz de Direito de Missões, existirem no Aldeamento 209 Índios de ambos os sexos. A vista d’essa despesa, julgou o meu antecessor conveniente fixar a mensalidade de 250\$000 reis para occorrer as supervenientes, authorizando o Inspector na qualidade de Collector, que também é da collectoria de Passo Fundo, a dispendir d’esse cofre a quantia estipulada.

Representa agora o Inspector que a mensalidade de Rs 250\$000 é insufficiente; que no aldeamento residem ordinariamente, de oitenta a cem Índios de todas as idades; que, além dos residentes, aparecem de vez em quando, cem e mais Índios no arranchamento; que de agosto de 1846 a 1847, dispendera Rs 3.940\$780, e que ainda está no desembolço de 2.467\$500; pede um ordenado de Rs 2.400\$000, a nomeação de um Vice-Director, a de uma escrivão, o mando a direcção da Companhia de Pedestres, a sua elevação a 100 praças, comprehendidos n’esse número ferreiros e carpinteiros. Além d’esses pedidos, julga conveniente que se dê dinheiro ao Cacique Victorino; mais dinheiro para plantações, e trez mudas de roupas aos que se aldearem.

Ouvido verbalmente o Capitão Marcelino, diz, que a residência ordinaria dos Índios na aldeamento não passa de 12 a 20, pela maior parte dos já aldeados em Guarapuava; que os de visinhança de Nonohay não param no lugar; que as apresentações feitas pelo Victorino ou Pedro, não excedem de 30 a 40 no regresso de suas errandas; que não havendo senão carne, e essa escaça, voltão aos toldos, dous dos quaes, afora o do cacique Nicofé, estão na proximidade de Nonohay, um a distância de seis, outro a de quatorze legoas.

Não tendo mandado fazer roças o Inspector Loures, não podia o Aldeamento oferecer as vantagens nem desempenhar os fins para que

fora creado: foi perdida, pois, parte d'essa despesa; nem uma participação regular e periódica tive d'essas apresentações de Índios; nunca me deu parte de não ter feito plantações, nem dos motivos que o embargarão; e a qualidade mixta de Collector e Inspector do Aldeamento não podem estar unidas.

No districto da Palmeira, tem o Tenente José Joaquim de Oliveira um campo: nos fundos d'elle, apparecerão em maio, 200 Índios de ambos os sexos: a expensas suas e com que pode obter dos moradores da Cruz Alta, a solicitações de Juiz Municipal a quem escrevera, acudio as primeiras necessidades dos novos hospedes; e inteirado d'essa occorrência, o Juiz de Direito da Comarca de Missões mandou distribuir por elles, em fazendas, a somma de Rs 162\$240, e propoz a despesa mensal de Rs 200\$000: o impulso pouco cauteloso dado as propostas de Cacique Victorino Condá e imprevidência do Inspector, em não ter feito plantações, devem continuar em apresentar occorrências d'esta natureza, collocando a Administração na necessidade indeclinável de mandar satisfazer estas despesas, sem consciência de sua justa applicação.

A grande distância das localidades onde se passam essas scenas, temeroso d'algum modo pela segurança dos moradores, submeto-me a imperiosa necessidade, mas também temo que não appareça a tentação de se olhar para um Índio com os mesmos olhos com que se olha para um Africano: em mais de uma Província se pratica assim, e faço votos para que o Decreto nº 426 de 24 de 1845, seja o balsamo de tão graves males.

Espero a cada momento a nomeação de Director Geral de Índios. Finalmente calcula-se, entre Nonohay, Palmeiras, Mato Castelhana, e visinhanças, perto de dois mil indígenas, dispostos a aldear-se."

ENTRAM OS JESUÍTAS

O Presidente Galvão foi persistente e pediu outra vez ajuda aos jesuítas, em maneiro de 1847. Chamou os Padres Coris e Martos e explicou-lhes que os colonos alemães estavam estabelecendo-se perto do Rio Caí. Para facilitar essa colônia, o Presidente quis que os Padres iniciassem uma catequese no toldo de Índios a fim de evitar choques entre os índios e os alemães. Além disso, Galvão prometeu fundar uma residência em São Leopoldo. Os padres disseram ao Presidente que iriam enviar essa informação ao Superior da Missão, Pe. Parés, em Montevideú. O Pe. Parés, já disposto a trabalhar com os índios, deu esperanças numa carta, em abril, dizendo que iria chegar a Porto Alegre em outubro (15). Entretanto, já com essa resposta que

(15) Arquivo da Missão Paraguaense. Diário da Residência de Porto Alegre, fl. 9.

chegou, em abril, Galvão pediu, também, que um Padre trabalhasse, em outubro, em Nonoai. O Presidente já tinha informado o Governo Imperial sobre seus planos e, visto que não podia conseguir os padres capuchinhos, optou pelos jesuítas (16). O entusiasmo do Presidente Galvão por esse trabalho combinou com o interesse do Pe. Parés. O jesuíta era de opinião que os padres, em Porto Alegre, andavam desanimados, devido à situação financeira da residência e viu nessa possibilidade de trabalhar com os índios uma maneira de realizar um sonho e ao mesmo tempo de sustentar os padres financeiramente (17). Por causa disso, explicou ao Pe. Roothaan que, "no debemos perder esta ocasión de entrar a los indios,..." (18)

É duvidoso que os padres estivessem tão desanimados, pois a "Escola de Latim" dera uma solução razoável às dificuldades financeiras dos padres. Achamos que o Pe. Parés estava tentando dar força a seu projeto de trabalhar com os índios.

A reunião entre os dois jesuítas, Parés e Coris, e o Presidente Galvão, em outubro, deu os seguintes resultados: 1) o Pe. Parés mandaria vir de Santa Catarina um padre e enviaria dois outros a Cruz Alta com a recomendação do presidente; 2) os padres, quanto antes, deviam escolher um lugar para reunir os índios mansos e protegê-los, contando com o apoio do governo; 3) o Pe. Parés deveria pedir ao seu superior em Roma que enviasse padres alemães para os colonos de São Leopoldo; 4) os padres deveriam continuar suas missões rurais; 5) o presidente ofereceu cobrir os gastos das missões mas o Pe. Parés respondeu que essa medida não era necessária visto que o próprio povo cuidava dos missionários (19).

O Presidente Galvão demonstrou sua satisfação com os resultados dessa reunião e cedeu, em 1848, para "cada uno de los Padres que trabajasen en la provincia, quince patacones o pesos fuertes mensales e al professor de Gramática setecientos y tantos mil reis al año" (20) Com essas medidas, a volta dos jesuítas a Porto Alegre foi vindicada.

(16) *Ibid.*

(17) Archivum Historicum Societatis Jesus. Bras. M. VI. 4. Pe. Bernardo Parés ao Pe. João Roothaan, Santa Catarina, 23 ago. 1847.

(18) *Ibid.*

(19) AMP. Diário da Residência de Porto Alegre, fl. 10.

(20) FRIAS, Lesmes, S.J. "Historia de la Compañía de Jesús en su moderna Asistencia de España, 1835-1868." v.2, t.2, Cap. 8, p. 14.

OS ALDEAMENTOS

Na sua portaria de 10 de janeiro de 1848, o Presidente Galvão autorizou o Pe. Parés a começar a catequizar os índios em Nonoai e o seu sucessor, Francisco José de Souza Soares e Andréia, autorizou os padres jesuítas não somente a catequizar os índios no aldeamento de Nonoai mas também a assumir sua diretoria (21). Parece que o presidente não perdeu tempo e logo aconselhou o Pe. Parés a que não deixasse brasileiros estabelecerem-se na aldeia (22). Supomos que o jesuíta não estava esperando essa ordem.

O Presidente Andréia descreve sua política ambiciosa em relação aos índios, no seu Relatório de 1848 (23):

“Depois da nomeação do respectivo Director Geral, tem-se dado as convenientes providências, e o devido andamento ao serviço do aldeamento, em completo abandono na Província, e à Cathequese e civilização dos Índios. Marcam-se a gratificação de 100\$000 reis diários, ao Director Geral: foi provido o Aldeamento de S. Nicolaú, em Rio Pardo, de um Capellão, mandou-se-lhe abonar a congrua de Coajutor. Este estabelecimento foi suprido com a quantia de 1:684\$360 reis para terem as seguintes explicações: um conto de reis para a compra de carros e bois para o serviço de tirar pedras e fabricar erva matte, à que se vão applicar os Índios; e a restante quantia para concerto da Casa da Guarda. Além desta somma mandou-se mais abonar a de 360\$ reis para vinte e cinco rações diárias de 160 reis, por três meses, e por emprestimo, que tem de ser pago com o producto da pedra e erva matte: aquella quantia de um conto de reis também foi dada por emprestimo; e tem de ser do mesmo modo paga. Mandou-se mais abonar, pela rubrica das eventuaes, a quantia de 134\$720 reis, importância de ferramentos e gêneros que se havião comprado para estes Índios, e 12\$900 reis para a compra de livros.

Sendo urgente a conservação de um Inspector nesta Aldea; foi nomeado Capitão Joaquim José da Fonseca Souza Pinto, dando-se-lhe a gratificação de 30\$000 mensaes. Pelas informações e notícias ultimamente recebidas é de esperar, que deste Aldeamento se obtenhão vantagens reaes.

(21) AHSI. Bras. M. 100la, X. 15. Observações sobre a catequese, nov. 1851.

(22) PEREZ, Rafael, S.J. *La Compañía de Jesús restaurada en las Repúblicas Argentina e Chile, el Uruguay e el Brasil*. Barcelon, 4 ed., 1901, p. 900.

(23) *Additamento feito ao relatório, que perante a Ass. Proval do Rio Grande de São Pedro do Sul Dirigió o Exmo. Vice-Pres da Província em sessão de 4 de março de 1848 pelo Illmo. e Exmo. Sr. Pres da Província e commandante do exército em guarnição Francisco José de Souza Soares de Andréa, para ser presente a mesma Assembléa*. Porto Alegre, Typ. da “Commercio”, 1848, p. 20-21.

O do Nonohay continuava no mesmo estado de que se fez menção no último Relatório, mas em consequência das providências que se derão, advertindo-se positivamente o Inspector João Cipriano da Rocha Loures de fazer plantações e de promover, como lhe cumpria, o Aldeamento dos indígenas, há notícias de que com maior cuidado se tem elle agora applicado a esse serviço: ao Director Geral se tem feito recommendações sobre a fiscalização, que alli deve haver com as despesas de sustento, e com o que é preciso para a Cathequese.

Em janeiro do corrente houve notícias officiaes de se acharem arrachados, próximo ao Passo Fundo 56 bugres, e de se haverem apresentado cerca de 600, em Nonohay, na expectativa da chegada do Director, não incluídos neste número os 144, que alli existirão aldeados: as reuniões concentradas na Palmeira, Campos do Tenente Oliveira, de que já foi a Assembléia informada, continuarão a apparecer no mesmo lugar, e com exigências taes, que tem causado receios aos moradores alguma surpresa e aggressão; para prevenir este mal forçoso foi as respectivas Authoridades darem promptas providências em ter uma partida de 12 homens armados na residência daquelle Tenente, em quanto não marchava da Companhia de Pedestres uma força para o mesmo fim.

Devem estar hoje no Aldeamento no Nonohay o Rev. Pedre da Companhia de Jesus Bernardo Parés e mais dois Revdos da mesma Ordem, que de muito boa vontade se prestarão ao serviço de, em missões especiaes, percorrerem as mattas do Uruguay, os Toldos já visitadas e os errantes, e de chamar os Índios à Religião Chistã e à civilização, coadjutando, por este poderoso meio, os empregados d'aquelle Aldeamento.

A estes Revdos Missionários mandou-se dar a gratificação mensal de vinte e cinco patações, prata, além das despesas de transporte desta capital a Cruz Alta, e aos lugares onde conviesse estabelecer Missão, casa de residência e alimentos; tendo-se gratuito da mocidade fundando nesta cidade uma aula de Latim, e além disso concorrido com fervoroso empenho para ministrarem os Sacramentos e fazerem prédicas nos lugares onde há falta de Sacerdotes; para se lhes garantir meios de subsistência, por não chegarem sem dúvida as esmolas que os Fieis tem consignado, mandou-se abonar aquella despesa de uma gratificação mensal, alimentos e transportes, dependente d'approvação d'Assembléia, pelas razões, que ficam espostas, e pela importância dos serviços, que agora vão prestar."

O Governo forneceu passagens para o Pe. Parés e seus colegas, Pe. José Calvo e o Pe. Cabeza no vapor de Porto Alegre para Rio Pardo, onde encontraram o Director Geral dos Índios, Brigadeiro José Joaquim de Andrade Neves. Do Rio Pardo continuaram até Cruz Al-

ta (24). O Sr. Neves disse aos padres que seria melhor visitar primeiro a nova aldeia de Guaritá, sudoeste de Nonoai. O Diretor Local de Guaritá, Tenente José Joaquim de Oliveira e o Pe. Parés foram até Guaritá, enquanto os Padres Calvo e Cabeza ficaram em Cruz Alta onde preparam uma missão (25). Supomos que o Pe. Parés aceitou essa sugestão de Neves devido ao incompetente diretor anterior da aldeia de Nonoai, João Loures, que já tinha saído e o novo, Joaquim da Silva Portela que também iria sair (26). Por causa disso, o jesuíta provavelmente achou a hora inoportuna para entrar na aldeia como novo diretor (27). Em todo caso, o Pe. Parés visitou as aldeias de Guaritá e do Campo do Meio antes de sua volta para Porto Alegre.

Numa carta ao Presidente Andréia, o jesuíta descreve não somente as aldeias de Guaritá e do Campo do Meio, mas a de Nonoai

-
- (24) AHSI, Bras, M.1001a, 4, Cópia, Ofício, Pres. Andréia ao Pe. Parés, Porto Alegre, 15, jan., 1848; AHSI, Bras, M, 1001a, 4, Cópia, Ofício Pres. Andréia à Cruz Alta, 10, jan., 1848. Durante este ano de 1848, o Pe. Parés recebeu um ofício do Presidente Andréia pedindo uma missão para a serra de Mbutucarái devido a certa agitação lá. O Pe. Parés descreve a situação:

"Habia aparecido en esta Provincia um hombre singular, italiano de nación con grande exterior de penitencia, que reünia en los pueblos de la campaña grande concurrencia y predicaba con energia extraordinaria muy buena moral aunque en los arrebatos de colera se excedia muchas veces y se espresaba en terminos que ofendiam al pudor y à los particulares. Solia buscar morada en los montes y con preferencia en la sierra de Sta. Maria y en el dicho serro de Mbutucarái. Era grande la fama de este hombre que llamabam el Padre Monge. La policia lo hizo comparecer en Porto Alegre e lo mandaron salir de la Província. Mas lo que habia dado tanta fama a los campestres de Sta. Maria e serra de Mbutucarái era la virtude milagrosa que se atribuía à las aguas del manantial que servia al dicho monge. De todas las Provincias del Brasil e de las vecinas de los castellanos acendia um pueblo immenso a procurar remedio de sus males en estas aguas, y se contaban tantos hechos milagrosos que la concurrencia iba en aumento cada vez, y la moral publica y la tranquilidad comenzaban ya a resentirse, y los desordens eran frequentes. Aqui pues queria el Sr. Presidente que nos demorasemos a dar Mission de camiño para el Nonohay. Será esta de las Misiones ambulantes en que mas precisáremos los dones del Espiritu-Santo, para tratar con um pueblo ignorante en el lugar donde parece que el fanatismo autoriza su ignorancia." AMP, Pe. Parés ao Pe. Provincial, Porto Alegre, 20 dez. 1848.

- (25) FRIAS, Lesmes, S.J. "*Historia*." Cap. 9, p. 3.
(26) Arquivo Estadual do Rio Grande do Sul, Diretor Geral dos Índios, José Joaquim de Andrade Neves ao Pres. Andréia, Rio Pardo, 22, nov., 1848; Neves ao Pres. Andréia, Rio Pardo, 8 jul. 1848.
(27) PEREZ, *La Compañia de Jesús*, p. 893.

também. Essa carta transpirava um otimismo que o Pe. Parés iria perder aos poucos por causa das dificuldades da política indigenista da Província. A carta é longa e queremos apresentar apenas uma parte (28).

“Os Indígenas existentes na Guaritá, mesmo os de Nonohay e Campo do Meio, são da Nação que chamão Bugres Coroados (Foukindoni), propriamente selvagens e errantes. Os do Nonohay faz já annos se apresentarão debaixo do commando de seu Chefe Victorino (Condá), que pediu seguridade e ofereceu que procuraria reunir a gente toda da sua Nação nos ditos campos de Nonohay. Elle tem cumprido de sua parte a sua palavra. Não é fácil saber o número da gente que depende de Nonohay, pois pela falta de alimentos não podiam estar fixos n’aqueles lugares, mas se espalhavam successivamente pelos matos a procurar a sua subsistência: porém se assegura que desde aquele tempo não tem eles feito damno algum aos Christãos. Ouvi dizer que se tinham feito no Nonohay algumas roças, mas não quanto basta para tanta gente, e que se tinham repartido algumas terras das plantadas entre os mais capazes e laboriosos.

Os da Guaritá não se quizeram ajuntar aos do Nonohay por se não sujeitar ao Condá, a causa de certas desconfianças que d’ele tinham e ainda durão: porém tão pouco eles fizeram mais damnos aos Christãos depois da apresentação do Condá. Tinham-se deixado ver em muitas occasiões nas visinhanças da Guaritá sempre desconfiados e receiosos, até que no fim do ano passado se apresentarão na casa d’Oliveira, dizendo que queriam aldear-se e ficarem no lugar denominado Guaritá, que dista 5 leguas da casa d’Oliveira. Não era já tempo de fazer roças; somente Oliveira mandou plantar um pouco de milho, que comerão antes de granar. O número de pessoas neste lugar será 300 a 400 pessoas.

Os mais rebeldes tem sido os do Campo do Meio com o seu Chefe Paicofué. Se diz que ainda muito depois de se ter apresentado o Condá, andavam roubando e fazendo damno, até que no passado mez de Maio se apresentarão no Passo Fundo: porém parece que não se tinha lá muita confiança neles, e se culpava em tal Cuadros Brasileiro, que havia muito tempo já, que vivia entre eles e dizia se dele, uns que era louco, outros que era um perverso. Este Toldo não parece exceder o número de 100 pessoas.”

Apesar de que as primeiras instruções dos Presidentes Galvão e Andréia não dissessem nada a respeito das aldeias de Guaritá e do Campo do Meio, o Pe. Parés fala sobre elas como se fosse tomar conta delas. Pelo que sabemos, o Presidente Andréia não discordou das atividades do Pe. Parés, o que não é surpreendente porque, nessa fase inicial, a iniciativa do jesuíta agradou-lhe.

(28) AHSI, Bras. M. 1001a, VII, 8, Pe. Parés, ao Pres. Andréia, Porto Alegre, 6 nov. 1848.

Numa carta ao Pe. Antônio Morey, S.J., seu provincial, o Pe. Parés descreveu como ele ficou impressionado com a miséria na qual viviam os índios. O jesuíta falou com o velho cacique Fongué e descobriu que os índios chamavam seus caciques de pai (no sentido de capitão). Parece que os índios tiveram uma impressão melhor do Pe. Parés do que ele dos índios. Certamente, os índios alegraram-se ao saber que os padres jesuítas iriam morar com eles (29).

Para reforçar a ajuda desses índios frente ao governo provincial, o Tenente Oliveira sugeriu ao jesuíta que seria bom que alguns índios o acompanhassem na sua volta a Porto Alegre. Dois índios, então, João e Caitó, filhos de Fongué, viajaram com o Pe. Parés para a capital gaúcha (30).

Em Porto Alegre, os índios ficaram com uma impressão boa dos brasileiros e o Pe. Parés conseguiu muito material e roupas para a aldeia de Guaritá. Na distribuição do mesmo mais tarde em Guaritá, o jesuíta provavelmente gozou de mais prestígio na sua carreira com os índios. Em agradecimento, os índios deram ao Pe. Parés um menino de cinco anos, cujo pai fora morto em luta. Os índios salientaram que esse menino deveria ser tratado como um filho e não como um escravo. O jesuíta levou-o para Porto Alegre, onde o menino foi batizado, tendo como padrinhos, o Sr. Israel Paiva e Sra. Delfina Araújo. Supomos que os padrinhos cuidaram de sua criação, visto que o Pe. Parés não fala mais dele (31).

A aldeia de Nonoai, ao contrário de Guaritá, foi mais agitada, e o Pe. Parés informou ao Presidente Andréia, em 1849, o seguinte (32):

“Este Aldeamento, Exño Señor, fue mal arreglado desde el principio, y presenta ahora las dificultades de todo lo que principia mal. Quantos trataran con los Bugres procuraron con el fin de agradecerles tenerlos contentos con promesas que no habian de cumplir y atraerlos con engaños, diciendoles que el Gobierno les daria cuanto precisasen o quisiesen, con tal que no hiciensen mal a los Cristianos, de modo que ellos están persuadidos de que nos hacen un gran beneficio en dejarse aldear: tanto que cuando piden alguna cosa (y piden cuanto ven y les ocurre), si luego no se les da, amenazan con que se irán á sus bosques a matar gente. De aquí es

(29) PEREZ, *La Compañía de Jesús*. p. 468-476, *passim*.

(30) *Ibid.*

(31) TESCHAUER, Carlos, S.J. “A catechese dos índios Coroados em S. Pedro.” In: — ANNUÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, Porto Alegre, ano XXI, p. 135.

(32) AHSI. Bras. M. 1001a. VIII. 2. Pe. Parés ao Pres. Andréia, Passo Fundo, 28 mayo 1849.

que no agradecen lo que se les da, principalmente se es cosa del Gobierno, que llaman reiuna, y que reciben como quien cobra una deuda, el qual mira la moneda o mercancia y la rechaza, si no tiene la ley del peso y medida. Tambien están acostumbrados a que se les repartan las cosas sin orden ni concierto. Asi es que cuando saben que llega vestimenta, aparecen de todas partes, y viendo que no hay mas que dar, la Aldea queda solitaria."

O que o Pe. Parés esqueceu de explicar foi como se fundou a aldeia de Nonoai. Não foi sem razão que existia uma situação perturbadora nessa aldeia, que foi criada à força. Em 1847, uma companhia de pedestres fora estabelecida em Nonoai sob o comando do Capitão Marcelino Carmo. No ano seguinte, além dos 144 índios aldeados lá, mais 750 foram transferidos da vizinhança do Passo Fundo para Nonoai sob coerção. O governo provincial, então, armou os colonos e concentrou-se na fazenda do Tenente José Joaquim de Oliveira. O governo quis transformar Nonoai num centro de todos os índios da área, independente das origens das tribos, numa decisão destinada a fracassar (33).

Além desses colonos armados, o Tenente Oliveira quis mais trinta e quatro pedestres agricultores e deu a seguinte razão (34):

"V. Exa sabe que sem força física não há respeito, mormente entre indivíduos que não conhecem a moral, por isso ella é a molla real da subordinação."

Parece que o Presidente Andréia nomeou o Pe. Parés para ser diretor de Nonoai para sanar dificuldades políticas criadas pela fundação mal feita em Nonoai. A nomeação de diretores foi um assunto cheio de maquinações políticas e não sabemos porque o Pe. Parés não era mais cauteloso visto que já tinha percebido os perigos nesse jogo. Já em 1848, o Pe. Parés informou o Pe. Ignácio Maria Lerdo, S. J., de que a razão porque os presidentes faziam tanta pressão para que os jesuítas aceitassem ser diretores das aldeias, era financeira. O governo queria diminuir os gastos com os índios e percebia a inutilidade dos próprios diretores. O Pe. Parés previa corretamente que, aceitando o cargo de diretor, os padres iriam incorrer na antipatia dos diretores e os resultados políticos não iriam beneficiar a Companhia de Jesus (35). Em todo caso, a instâncias do Presi-

(33) Moreira Neto. "Alguns dados." p. 396.

(34) AHERS. Catequese. José Joaquim de Oliveira ao Pres. Andréia, Guaritá 9 ago. 1848.

(35) AHSI. Bras. M. 1001a. V. I. 12. Pe. Parés ao Pe. Maria Inácio Lerdo, Porto Alegre, 7 out. 1848.

dente Andréia, o Pe. Parés aceitou a diretoria de Nonoai e enviou os Padres Luis Santiago Villarrubia e Julian Solanellas para lá, em março de 1849 (36).

Em julho do mesmo ano, o Pe. Parés aceitou enviar missionários para outra aldeia em Pontão, perto do Campo do Meio. Com algumas modificações de pessoa, a distribuição dos Padres foi a seguinte: Nonoai, Villarrubia e Solanellas; Guaritá, Luis Cots e Inácio Gurri; Pontão, Cabeza e Pedro Saderra, e até uma outra aldeia de Erechim onde o próprio Pe. Parés iria trabalhar, mas as informações sobre essa aldeia são mínimas. Para cuidar da administração dessas aldeias, o Pe. Parés delegou por tempo indeterminado a direção da Missão Jesuítica no Brasil ao Pe. Coris, Superior da Residência em Desterro (Florianópolis). Essa decisão não foi bem vista pelo Pe. Roothaan que decidiu corrigi-la, ao nomear outra vez, em 1850, o Pe. Berdugo Superior da Missão (37).

Mais tarde, o Pe. Parés deu mais informações que explicam melhor a situação em Nonoai. O diretor anterior de Nonoai, Cipriano de Rocha Loures, segundo o Comandante da Companhia de Pedestres lá sitiada, tratou bem os índios e, quando saiu do cargo de diretor, ficou com duas léguas de terras mais do que tinha direito (38). O comandante que tinha dele uma opinião favorável, permitiu essa irregularidade. O Presidente Andréia, porém, disse ao Pe. Parés que o expulsasse das terras ilegalmente possuídas. O jesuíta explicou que não cabia a ele fazê-lo. Foi uma resposta duvidosa visto que o Padre aceitou a diretoria da aldeia. Em todo caso, o Pe. Parés não podia executar a ordem, porque a força militar não se encontrava mais na aldeia. A Assembléia a tinha eliminado. O lugar mais perto que dispunha de tropas era Passo Fundo. A saída de Andréia da Presidência piorou a situação ainda mais, pois o seu sucessor, José Antônio Pimenta Bueno, não se interessou muito pelos índios (39).

Nonoai tinha outras dificuldades. Existiam rivalidades entre os próprios índios, as quais levavam-nos a brigar entre si. Por causa de uma luta, em que o cacique Fongué perdeu, contra os outros caciques, ele foi para Guaritá, onde chefiou aproximadamente 300 índios. Victorino Condá e seu genro, Pedro Nicofé, não se davam bem,

(36) FRIAS. "História." Cap. 9, p. 4 e 8.

(37) *Ibid.*, p. 4.

(38) AHERS, Diretor Geral dos Índios, Neves a Pedro Ferr^a d'Oliveira, 1850.

(39) PÉREZ, *La Compañía de Jesús*. p. 900-901.

mas os dois moravam em Nonoai. Victorino chefiou 58 pessoas, enquanto Pedro 45. Além desses dois chefes em Nonoai, houve mais três: Canafé, com 34 pessoas, Voutoro, com 21, e o próprio Nonoai, com 165. Em 1850, o Pe. Parés quis levar os dois caciques do Campo do Meio, Doble e Braga e cerca de 100 índios, sob seu mando, para Pontão, no distrito de Vacaria. O Pe. Parés ainda tinha interesse numa outra aldeia de Erechim, cuja população calculou em 200 pessoas (40).

Em relação aos planos do Pe. Parés para unir Doble e Braga, teria sido isso muito difícil devido à traição planejada, mas não levada a efeito, por Doble contra Braga(41). É possível que Doble ainda não tivesse cometido sua traição, quando o Pe. Parés estava formulando seus planos sobre a aldeia, em Pontão. Todavia, depois dessa traição e guerra de extinção de Braga, contra Doble, o Pe. Parés jamais teria condições de juntar os caciques em Pontão.

Devido aos seus inimigos entre os índios Kaingáng, Doble finalmente pediu ajuda ao governo provincial e se tornou uma peça importante na política provincial sobre os índios. Sabendo que o governo precisava dele para controlar outros índios rebeldes, Doble não deixou perder sua oportunidade de exigir o máximo do governo (42).

OUTRAS DIFICULDADES

Além dessas dificuldades entre os índios, o ex-diretor de Nonoai, Rocha Loures, deixou entrar elementos criminosos, fugidos da Província de São Paulo (43). O Cacique Nonoai, desconfiando das intenções verdadeiras desses elementos, retirou seu povo para outro lugar, duas léguas distante. Todavia, Loures, segundo Nonoai, matou

-
- (40) AHSI, Bras. M, 1001a, VIII, 2. Mapa de los índios existentes en el Aldeamento de Nonohay, enero de 1850; AHSI, Bras. M, 1001a, X, 2, Pe. Villarrubia a Pe. Pedro Beckx Nonohay, 2, feb., 1851; PÉREZ, *La Compañía de Jesus*, p. 516, 527-527; FRIAS, "*História de la Compañía de Jesús*." Cap. 9, p. 4.
- (41) BECKER, Ítala Irene Basile. *O índio Kaingáng no Rio Grande do Sul*. São Leopoldo, Universidade do Vale do Sinos, 1976. p. 69.
- (42) SCHADEN, Francisco S.G. *Índios, caboclos e colonos: páginas de etnografia, sociologia e folclore*. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, 1963. p. 69-70, citado por BECKER, *O Índio Kaingáng*, p. 129.
- (43) PÉREZ, *La Compañía de Jesús*. p. 900-908, *passim*.

alguns de seus animais, e o cacique, como não deixa de ser surpreendente, quis vingar-se dele. Não o fez, somente por causa da promessa feita a ele pelos padres de que o governo provincial iria enviar tropas para estabelecer a ordem. O Pe. Parés pessoalmente não gostou da idéia de colocar tropas na aldeia, mas, nesse caso, achou sua presença essencial (44). Oito meses passaram e nem um soldado apareceu. Sua paciência esgotada, Nonoai começou a preparar seu povo para atacar o ex-diretor e o desastre só foi evitado pelos bons ofícios do Pe. Solanellas que convenceu Nonoai a desistir (45).

Alguns meses mais tarde, o Pe. Parés estava mais animado com a situação em Nonoai. Recebeu ferramentas de trabalho, machados e cutelos, e os índios começaram a roçar a área entre Nonoai e Passo Engoiú. Foram preparados 12 alqueires para milho, feijão e abóbora (calabazas) (46). Também, o Comandante Marcelino do Carmo chegou com alguns soldados. Esses iriam morar separados dos Índios e ajudá-los a construir suas próprias casas. Nós não sabemos que tipo de casas o Pe. Parés tinha planejado; porém o jesuíta quis que as casas dos índios tivessem portas com fechaduras (47). Ahamos essa idéia do Pe. Parés estranha, visto que as informações sobre a habitação dos índios Kaingáng não falam de casas, mas de ranchos ou choças e, certamente, muito menos de portas (48). A idéia do Pe. Parés foi que, vivendo em casas, com portas e fechaduras, os índios iriam respeitar mais suas propriedades. Não sabemos se os índios aceitaram essa orientação.

O Pe. Parés sempre tinha o apoio do Presidente Andréia que, de fato, era bem disposto a ajudar os índios. O seu Relatório de 1849 dá uma visão excelente da atitude do Presidente. Segue-se a parte que trata dos índios (49):

“Os Aldeamentos de Nonohay e Guaritá marchão diversamente. Estes índios forão chamados a nos por homens que só consultarão o medo e não as conveniências da sociedade, e assim prometterão-lhes tudo

(44) AHSI, Bras. Bras, M, 1001a, VIII, 2, Pe. Parés ao Pres. Andréia, Passo Fundo, 25, abril, 1849.

(45) PÉREZ. *La Compañia de Jesús*. p. 901-902.

(46) AHSI, Bras, M, 1001a, VIII, 2, Mapa de área cultivada, 25, out. 1849.

(47) *Ibid.*

(48) BECKER. *O Índio Kaingáng*. p. 216-221.

(49) *Relatório do Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. O Tenente General Francisco José de Souza Suarez de Andréia na Abertura de Ass. Leg. Proval no 1º de junho de 1849*. Porto Alegre, Typ. Porto Alegrense, 1849. p. 9.

quanto quiserão, e não lhes fizerão sentir, que quem quer comer deve trabalhar. Disto tem resultado, que os Índios de Nonohay entendem, que devem estar de braços encruzados, esperando que lhes mettão o comer na boca, e os individuos que de agora se tem proposto a guiar a sua civilização só sabem representar que se precisão muitas rações, e muito vestuário, como se fosse para termos a honra de sustentar mandriões que se procura a civilização dos Índios.

Por mais que estes homens exagerem as grandes reuniões de Índios, reduzem-se ellas, segundo as informações do Superior de Padres Jesuítas a 50, quando muito alli demorados em 10 ou 12 e a um grande número que corre de todas as partes em lhes constando que há roupa ou comida a distribuir; o que recebem, como se fosse hum dever nosso dar-lhes e dispersão-se outra vez.

Não há remédio se não entender estes abusos e enganos, e continuar a cahir nelles, para chegar em fim a algum resultado.

Os índios da Guaritá tem sido melhor dirigidos pelo cidadão José Joaquim de Oliveira e hoje dão-se ao trabalho por vários modos, e devem por consequência ser soccorridos com tudo quanto possa ser preciso ao seu melhor desenvolvimento; assim como alguma gratificação é divida ao sobredito cidadão, que tem atrazado os seus interesses com o serviço de Aldea.

Sendo indispensável deitar fora do Rincão de S. Vicente todas famílias de Índios que alli existem por ser este Rincão destinado a Cavahada do Exército, não quis ser o perseguidor desta gente e mandei preparar a Paroquia de S. Luiz que tem ainda muitos edificios aproveitaveis para receber esta nova espécie de Colônia.

O meu pensamento é que todas as terras e propriedades do Povo de São Luiz, fiquem sendo próprias nacionaes, e que as famílias dos Índios, só se conceda o uso fructo. Esta prevenção é de absoluta necessidade, que não podem elles sahir da Tutella, e sem ella não faltarião especuladores, que os roubassem a título de compra, e elles ficarião cahidos na mizéria e se extinguiião de todo, como tem acontecido a muitas outras famílias.

Para que a mudança se faça com segurança e pouca despesa, mandei a concertar-lhes as casas, tirando cada semana hum pequeno serviço dos Índios, que ainda estão em São Luiz, com os mesmos mandei fazer roças geraes para os de São Vicente, e a medida que o trabalho se desenvolver e as habitações estiverem promptas se fizão mudando as famílias até que fique completa."

O Presidente José Antônio Pimenta Bueno que assumiu a Presidência em 1850 não daria tanto apoio aos jesuítas como o Presidente Andréia. Começou a repetir o refrão dos críticos dos padres de que eles deviam trabalhar somente com os índios, afastando-os, assim, das atividades em Porto Alegre. O seu Relatório de 1850 deixa transpare-

cer um tom decididamente diferente do seu antecessor, em relação aos jesuítas (50):

“A Presidência em diversas épocas mandou vir para esta Província Padres Missionários, que existem nella, sustentados a custa dos cofres provincias: do orçamento vereis o seu número, e a importância da respectiva despesa.

O trabalho em que julgo que devem ser exclusivamente empregados é o da cathequese e civilização dos indígenas, pois que é o mais útil de todos, e o mais apropriado ao seu zelo apostólico.

Para ver-se quanto deve ser o empenho da autoridade pública na cathequização dos indígenas não é necessário consultar o poder das ideas religiosas, basta recordar que elles são os restos dos primitivos habitadores da terra brasileira: são ainda os últimos senhores e os melhores guias das matas que ainda permanecem virgens.

É sensível e penso que ao menos a principal língua Guarany não tenha sido estudada: seria o conhecimento della o elemento mais poderoso para sua civilização.

Em verdade os Indígenas são pelo menos os nossos colonos naturaes, e seria injusticável, que despendessem grossas sommas com os colonos de além mar, e mesquinhassemos algumas quantias a bem desses Americanos.

Estas são algumas das razões por que tenho forcejado para melhorar e desenvolver os nascentes aldeamentos da Província.

Temos as seguintes Aldeias, — primeira de São Nicolau do Rio Par-do: compõem-se de dusentos e secuenta e três indivíduos, tem uma Capella e escola de primeiras letras.

São agricultores, e alguns se applicão a artes mechânicas. Contribuiu com três menores para a Armada Nacional. O Governor nada dispende com este aldeamento: é seu Director especial o Capitão Joaquim José da Fonseca Sousa Pinto.

Segunda — S. Luiz das antigas Missões. Este aldeamento compõem dos Índios que outrora habitarão o rincão de São Vicente e por acerta-da disposição do meu antecessor forão para ali mandados. A posição é excellente, e a Presidência procurará dar-lhe desenvolvimento, sentindo não ter ainda obtido os precisos esclarecimentos para o effeito: ella não faz actualmente despesa alguma com os seus habitantes.

Terceira — Aldea da Guaritá: fica ella ao Norte da Villa da Cruz Alta, poucas léguas distante da margem esquerda do Uruguay em terreno muito fertil. Os Índios começão a applicar-se a agricultura, e já fabricão avultadas porções de erva matte, cujo producto é empregado no supprimento de suas necessidades: seu número é de dusentos e oitenta e dois indivíduos, e sua direção está entregue ao cidadão José Joaquim de Oliveira, que tem

(50) *Relatório da Presidente da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul. O Conselheiro José Antônio Pimenta Bueno na Abertura da Ass. Leg. Proval no 1º de outubro de 1850. Porto Alegre, Typ. de F. Pomatelli, 1850, p. 29-31.*

empregado todo o zelo nesse útil serviço. O Superior dos Missionários frequenta este aldeamento, onde há uma capella provisória.

Quarta — Aldea de Nonohay: é situada perto da margem esquerda do Uruguay e arroio do Passo Fundo de Missões ao Norte da Freguesia da Soledade e Nordeste da Guaritá, para onde já tem picada. Compõem-se de tresentos e vinte e três indivíduos: seu actual Director é o Superior dos Missionários. Os Índios já se vão applicando a agricultura.

A Presidência tem despendido pequenas sommas com roupas e ferramentos para estes Indígenas, assim como para as de Guaritá. A posição de Nonohay é importantissima. Do Campo do Meio derige-se uma estrada até este aldeamento, e proseguindo, em curta distância atravessa o Uruguay em um bom passo, d'onde segue para os Campos de Palmas na Província de São Paulo, e progredé pelos de Garapuava para a Comarca de Coritiba.

Quinta — Aldea do Pontão. Este estabelecimento, de que já falei, é situado sobre a costa do Uruguay pouco avaiço da confluência do Rio Pelota, e Rio das Canoas e Leste de Nonohay, e ao Norte do Matto Português. Communica-se como já disse com os campos da Vaccaria, com a estrada que vem da Cruz Alta; é o limite da estrada que segue de S. Leopoldo pela picada Feliz e picada do Pontão em relação a esta Província, e começa do outro lado do Uruguay, da estrada que d'ali segue pelos campos novos e dos Coritibanos para a Província de S. Paulo. Será sem dúvida uma outra linha para o commercio de animaes com esta última Província.

Entendo que a Presidência deve forcejar por aldear ali os Índios que o Engenheiro Mabilde encontrou nas mattas da dita picada do Pontão: elles estão por ora situados no Campo do Meio, e como não convem usar violência em sua mudança opportunamente ella se effectuará.

Algumas observações sobre os Indígenas.

Os Índios Buecudos fizeram alguns estragos nos Districtos das Torres e Maguine, e foi por isso necessário occorrer com algumas providências. Será diffeil intentar a cathequese desses Índios, já por que pertencem a uma tribu mais indomita, já por que facilmente passam para o território de Santa Catharina o que demandará serviço simultâneo das duas Presidências.

Observarei também, que julguei mais conveniente que o serviço da estrada ao longo do Uruguay, em vez de subir de S. Borja, descesse pelo contrário do Pontão. Uma das razões que tive em vistas é de abrir logo as communicações entre Pontão, Nonohay e Guaritá.

Em tempo verei se é essencial convergir com o serviço dos Missionários sobre os aldeamentos, e estou em que elles não duvidarão que ali tem de prestar serviços mais importantes a Religião e ao Estado, do que em qualquer outro lugar."

A ALMA DE POMBAL

Se o Presidente Bueno deu as primeiras indicações de afastar os padres de Porto Alegre, uma campanha contra os jesuítas na capital confirmou que a attitude do presidente não foi isolada. Em dezembro de 1850, começou uma coluna no jornal "O Correio de Porto Alegre", assinada por um articulista com o pseudônimo de "Alma do

Marquês de Pombal". Parece que esse jornal começou em junho de 1849 e teve uma vida curta (51). Esse colunista escreveu até 14 de junho de 1851 e o nível jornalístico é pura invectiva. A "Alma do Marquês de Pombal" quis ser a consciência vigilante das autoridades governamentais. A "Alma" alegou que os padres trabalhavam em São Leopoldo sem autorização competente e acusou-os de não cumprir seus votos de castidade num caso em Rio Pardo (52). Nosso colunista se tornou cáustico em janeiro de 1851 e publicou os doze mandamentos dos jesuítas (53):

"Seguem os mandamentos mais essenciais da profissão do Beatismo.

1. Preguiça inteira
2. Mentira oportuna
3. Murmuração perpetua
4. Hypocrisia absoluta
5. Vanglória sem limites
6. Gulosema disfarçada
7. Ódio mascarado
8. Vingança com excesso
9. Intriga delicada
10. Total abjuração do sofrimento
11. Apologia dos crimes próprios
12. Calúmnia da virtude alheia

Estes doze mandamentos encerrão-se em dois — o 1º Hypocritas ao último ponto, o 2º Mandreice perpétua."

A "Alma" batalhava, também, para que os padres trabalhassem exclusivamente com os índios (54). Este assunto será tratado extensivamente na Assembléia Legislativa em 1851. O ponto mais baixo atingido por esse estilo jornalístico foi em fevereiro de 1851. A "Alma" disse o seguinte (55):

"Santanaz disse então: o meu tempo chegou; mascaremo-nos, meus servos: e logo o mundo se encheu de Jesuítas.

Assim nascerão os membros da Companhia de Jesus...

.....
Jesus Christo tinha creado a vida e a luz, Loyola creou a morte; a morte da alma e da intelligência, a morte do amor e da caridade, a morte de tudo que é grande, de tudo que é nobre, de tudo que é generoso."

(51) VIANNA, Lourival. *Imprensa Gaúcha (1827-1852)*. Porto Alegre, Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa, 1977, p. 49.

(52) "O Correio, de Porto Alegre." 14 dez. 1850; 28 dez. 1850.

(53) *Ibid.*, 4 jan. 1851.

(54) *Ibid.*, 5 dez. 1850.

(55) *Ibid.*, 1 fev. 1851.

NOVA LEGISLAÇÃO

Para dificultar ainda mais os trabalhos dos padres, houve uma nova legislação, Decreto nº 601, de 18 de setembro de 1850, sobre a propriedade territorial. O historiador Rodrigo Otávio explica bem as consequências dessa legislação (56):

“... em virtude da lei nº 601 de setembro de 1850, segundo a qual não ficaram mais existentes, no vasto território do Brasil, senão terras públicas, fazendo parte do domínio do Estado e terras particulares (provenientes de um título legítimo de propriedade ou de uma simples posse legalizada).

Como era natural, foram consideradas na segunda categoria, as terras expressamente concedidas aos índios. E ocorreu que a generalização de um princípio legal, de efeitos salutares e garantidores do direito individual, foi de funestas consequências para o selvagem; os índios não estavam em condições, na maioria dos casos, de promover as medidas necessárias estabelecidas na lei, para assegurar a consolidação de seus direitos territoriais. E aconteceu que muitos entre eles vieram a perder o direito que tinham sobre essas terras, quer por ignorância e por inércia, quer em consequência da astúcia e iniciativa malfazeja de seus vizinhos.”

Essa nova legislação provavelmente encorajou os aventureiros e outras pessoas que queriam se apoderar das terras dos índios. Supomos que a questão de terras estava na base das dificuldades existentes entre os índios Kaingáng e algumas pessoas em Vacaria, onde houve um ataque em que umas pessoas foram mortas e duas mulheres foram seqüestradas por alguns índios. Por coincidência, os índios Kaingáng do Campo do Meio se encontravam em Lagoa Vermelha na área de Vacaria. Esses índios foram enviados pelo Pe. Parés a pedido do novo Presidente Pedro Ferreira de Oliveira para aldear-se em Pontão. Porém, os índios não estavam dispostos a morar lá e o Pe. Parés tinha que explicar essa relutância ao presidente. Os índios acharam o lugar inadequado e, o que era mais importante, tinham medo de certas pessoas que moravam em Vacaria. O presidente modificou seu pedido em relação a Pontão, mas insistia que os índios se aldeassem no distrito de Vacaria. A razão, segundo o Pe. Parés, foi que o presidente favoreceu os interessados, que forneceram ferramentas de trabalho e roupas aos índios, recebendo assim dinheiro do governo provincial (57).

(56) RODRIGO, Otávio. *Os selvagens americanos perante o direito*. São Paulo, Ed. Nacional, 1946. p. 151.

(57) PÉREZ. *La Compañía de Jesús*. p. 903.1.

Os índios Kaingáng e os Padres Cabeza e Saderra, que iriam morar com eles, estavam esperando em Lagoa Vermelha a decisão sobre a nova aldeia. Porém, no dia 5 de agosto de 1851, houve o ataque referido acima. Além da questão de terras, é bem possível que algumas pessoas de Vacaria quisessem se vingar dos índios Kaingáng, porque Pedro Nicofe ganhou uma certa notoriedade anteriormente por seus assaltos e matança de dez ou doze serranos na área de Vacaria (58).

O comandante da Guarda Nacional, Tenente Coronel José Luiz Teixeira, em vez de procurar os verdadeiros autores dos crimes, resolveu atacar os índios com uma força militar. Mesmo sendo avisados dos planos do ataque, muitos índios não acreditaram e, no dia 18 de agosto, houve uma matança de índios Kaingáng. Alguns dias depois, os verdadeiros criminosos foram encontrados (59). Temos a sorte de possuir uma narração desse episódio, por um Sr. Pinto (60):

“Antes de entrar na matéria para melhoramento do Aldeamentos, passarei a expor a Vossa Excellencia o successo da vacaria acontecido a cinco de agosto deste ano e que tanto tem influido sobre a Cathequese na Assembleia Provincial; parece que depreposito se pretende inutilizar vistas do Governo disfigurando-se factos para esse fim. Os Bugres coroados de João Grande indusidos por hum negro que tem entre si foi a que acometerão as casas dos cidadãos João Mariano, e Fialho, tendo roubado estas casas, levando as filhas de João Mariano, e tendo feito, oito mortes, sendo tres nestas casas e cinco hervateiros, se retirarão para os Mattos; espalhando-se esta notícia na Vacaria, o Commandante José Luiz (Teixeira), reuniu alguns Guardas Nacionais para perseguir os malfeitores, tendo seguido em procura delles os não acharão pelo lado do Turbo, foi mandado para o Pontão contra Doble e Braga que erão innocentes, e apesar das reclamações dos visinhos que todos reprovavão semelhante attentado, atacarão a gente de Doble e Braga, isto hé as mulheres, e crianças pois que a homens avisado se tinham retirado, alli commeterão atrocidades as mais repugnantes, tendo assassinado entre mulheres e crianças cincoenta e duas pessoas, que nenhuma influéncia tinha tudo no que praticarão o Chefe João Grande com sete índios Coroados bravos, e um negro; este attentado desastroso muitos disgostos tem produzido entre os Índios aldeados que receosos esperão também serem accomettidos por sua vez, hé de necessidade a meu ver, punir ou matar sincimilhante deshumanidades, sem o que os Índios vivem desconfiados. Este hé o facto tal qual aconteceu, e isto confirmão a mulher de João Mariano que presenciou o facto, pois pode evadir-se em quanto levavão as filhas, e estas depois de resgatadas também affirmão o

(58) *Ibid.*, p. 517.

(59) *Ibid.*, p. 904-905.

(60) AHERS. Diretória Geral dos Índios. Relatório, Carta do Sr. Pinto a Luis Alves Leite de Oliveira Bello, Rio Pardo, 21 jan. 1852.

mesmo que os malfetores nenhuma relações tinham com os Índios manços."

Na Assembléa Provincial, o Vice-Presidente Alves Bello queria repreender o comandante responsável pelo ataque contra os índios Kaingáng. Porém sua moção rapidamente entrou no labirinto de política partidária. O Comandante Teixeira pertencia ao partido da maioria. Supomos que esse foi o Partido Saquerema. E visto que o partido precisasse dele nas eleições seguintes, em 1851, não apoiou a moção do Vice-presidente. Teixeira, pois, saiu sem ser repreendido publicamente (61).

Os inimigos dos jesuítas aproveitaram essa oportunidade e o chefe de polícia, João Evangelista de Negreiros Saião Lobato, do Rio Grande do Sul, que também pertencia à maioria, afirmou que existiam documentos contra a conduta moral dos padres em Nonoai. Na realidade, isso não foi nada menos que uma calúnia levantada contra os padres pelo subdelegado de polícia de Passo Fundo, Joaquim da Silva Portella. Os padres foram defendidos pelo Deputado Provincial Patricio Correa de Câmara (62).

O DEBATE NA ASSEMBLÉIA PROVINCIAL

O grande debate sobre a renovação do contrato dos jesuítas ocorreu na Assembléa Legislativa durante os meses de outubro e novembro de 1851. O jornal "O Mercantil" trouxe um artigo que indica o tom das discussões na Assembléa (63):

"Pensou-se que os Jesuítas poderiam sujeitar os índios pelo influxo benéfico da religião, porém estes mesmos parecem desanimados. Em sua correspondência com a Presidência não cessão de clamar pela presença de forças para conter os índios em respeito, e expellir os Brasileiros, que se tem estabelecido em meio delles, e os tem attrahido em redor de si. Isto prova a falta de ascendência dos Jesuítas sobre os seus neophitos, e a inefficácia do emprego dos meios moraes, de que se tem servido"

(61) PÉREZ. *La Compañía de Jesús*. p. 905. Para mais informação sobre os partidos políticos no Rio Grande do Sul, veja: ANTUNES, Deoclécio de Paranhos. *Os partidos políticos no Rio Grande do Sul (1822-1889), gênese e desdobramento histórico desde a proclamação da Independência à República*. In: — CONGRESSO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA SUL RIO GRANDENSE, 1. *Anais*. v. 2, p. 213-266.

(62) PÉREZ. *La Compañía de Jesús*. p. 905.

(63) "O Mercantil." 4 out. 1851.

Por em quanto não se pode dar melhor destino ao dinheiro da Catequese, do que empregando-o na criação de uma força de Pedestres, como já houve, mas com a organização das colônias militares, para proteger os nossos concidadãos contra os ataques dos Índios”

Na Assembléia, o Deputado Saião Lobato, possivelmente o crítico mais influente contra a atuação dos padres, discursou da maneira seguinte (64):

“... participações em que as mais graves acusações são feitas aos sacerdotes que tem sido empregados na direção da catequese.

Estou muito persuadido de que a continuarem as cousas no pé em que tem estado, não colheremos resultado algum profícuo. Por outro lado, da correspondência official d’esses sacerdotes consta claramente que elles nada confiam em sua missão evangélica; elles são os primeiros que a cada passo se dirigem ao governo da província pedindo o auxílio da força, indicando a necessidade do emprego d’este meio, em fim mostrando-se completamente desacorçoados de poderem conseguir a conversão dos selvagens. Por todas estas razões, que a commissão inteiramente adopta, porque se estribão em factos que são irrecusaveis, entendo ella que devia supprimir a verba redativa ao desempenho d’este serviço.”

Uchoa Cintra foi outro deputado contra os jesuítas e nas suas falas exagerou bastante, como evidencia o seguinte trecho (65):

“Eu passarei a prová-lo. Até agora nada tem feito os padres jesuítas.

O que tem elles feito? Passeião por esta cidade em santo ócio, occupão-se somente em rezar novenas, em terrorisar as consciências das velhas, dominando seu espirito: promovendo o fanatismo religioso; e com singular destresa, e summa habilidade, tornando beatas muitas mães de famílias, que até se esquecem de seus deveres domésticos para estarem a cada passo no confissionário.

Se. Presidente, tanto nenhum proveito se tem tirado da catequese, que ainda ha pouco vimos nós esses mesmos selvagens, roubarem algumas moças, e assassinarem 11 pessoas na Vaccaria!”

Uchoa Cintra também não deixou de tocar no assunto predileto dos críticos contra os padres — gastos e pedidos para pedestres (66):

“Sr. Presidente, muitas sommas se tem gasto com a catequese, e até agora tem ellas sido applicadas para dar gratificações a frades, que andão constantemente de uma para outra parte, e os índios são, os que menos

(64) “O Correio de Porto Alegre.” 20 nov. 1851.

(65) *Ibid.*, 24 nov. 1851.

(66) *Ibid.*

aproveitão. Sr. Presidente, pede-se uma força, que tenha enchadas, machados, etc., ora é bem singular o destino, que se quer dar à força pública! O soldado é soldado, e não lavrador. Se se deseja colonos, diga-se antes isso, mas não se mude a natureza do soldado, mas se dê a força pública um destino muito diverso dos seus fins. E depois como admittir-se a idéia de uma força, que vai trabalhar para o sustento de homens indolentes, e preguiçosos, como são os índios."

Os padres tinham também seus defensores na Assembléia. Os Deputados Capistrano e Fidencio Prates lutaram pelos jesuítas e a renovação do contrato. Na Assembléia, Capistrano leu uma carta do Tenente Oliveira ao chefe da polícia da Província, discutindo as alegações de Silva Portella, o subdelegado da polícia no Passo Fundo. Silva Portella foi diretor interino do aldeamento de Nonoai e pediu demissão porque não recebeu uma gratificação entre 200\$000 e 300\$000 réis. Parece que Silva Portella considerou-se injustiçado e quis vingar-se da política provincial em relação aos índios e à participação jesuítica na catequese (67).

O Deputado Capistrano continuou sua defesa, dizendo (68):

"Os abuzos escandalozos na nossa província por parte do clero desgraçadamente tem chegado a um gráo muito subido. A castidade da língua, o respeito a decência pública, me faz calar, obriga-me a não ser muito minuciozo na exposição de alguns factos: contudo enunciarei o meu pensamento, declarando, que mil vez preferia que o celebrato não fosse imposto ao sacerdote... vós me comprehendéis.

Pelo lado da avareza, Sr. Presidente, tem-se levado arbitrio ao último ponto; tem-se ultrapassado todas as regras da decência (Apoiados). Os sacerdotes tem-se tornado, de pastores, flagellos da sociedade, lobos voraes de seus rebanhos. Tenho aqui em mão documentos authênticos, e alguns officiaes, que provão estas minhas asserções: a casa me permittirá que eu declare, que por um baptismo se tem exigido 12\$000 rs., por um casamento 128\$000 rs., por encomendação e enterro 430\$000 rs., e sendo pessoa puramente pobre 48\$000 rs.! Vende-se, Sr. Presidente, por esta maneira o baptismo, o casamento, e o que é mais, até a sepultura de um cadaver a pezo de ouro: disto fazem ramos de negócio alguns sacerdotes! É merca-dejar de tudo, além das outras despezas, mais uma onça em ouro! Aqui tenho documento, que é uma conta de despeza da sepultura a um cadaver nas immediações desta cidade, importando o enterro feito por um só sacerdote em 39\$000 rs., elle cantou, elle encommendou, tocou sinos etc., em fim, ele pode arranjar tudo de modo que em resultado a despeza deu nesta somma: entretanto que umas exéquias solemnes, feitas a alma desse mesmo fallecido nesta cidade, com a assistência de 7 padres e 7 missas veio a importar em 23\$830 rs. Note-se bem a differença."

(67) *Ibid.*

(68) *Ibid.*

Os críticos dos jesuítas divergiam deles radicalmente sobre o uso dos soldados nos aldeamentos. O pedido de soldados não foi um apelo constante dos padres mas, sim, do Tenente Oliveira.

Em 1850, o Tenente Oliveira quis sair do cargo de diretor do aldeamento de Guaritá. Foi convencido pelo Presidente Bueno a ficar; mas Oliveira fez questão de exigir a presença de trinta pedestres. Segundo ele, os soldados eram essenciais (70). A exigência de Oliveira não foi cumprida e até os próprios índios estavam querendo a presença dos soldados. Devido à falta de pedestres, os índios começaram a sair do aldeamento de Guaritá (71). O tenente voltou a pedir soldados em 1851 e sublinhou que os mesmos deviam ser escolhidos entre caboclos do Registro do Rio Negro da Província de São Paulo, no chamado Campo do Tenente. A razão para utilizar esses caboclos foi (72):

“... porque, segundo os informes, são gente sertaneja, trabalhadora, humilde, que não terão dificuldade em misturar-se com os Bugres, que terão com eles os mesmos interesses, os animarão ao trabalho, e pelo menos com seu exemplo lhes farão amar a propriedade e as vantagens da vida social. A mais, estes caboclos devem vir com as suas famílias, o que de certo inspirará muita confiança aos Bugres; e servirá para que se vão povoando aqueles imensos sertões. Não seria difícil aproveitar esta força para que junto com os Bugres se abrissem estradas que poderiam facilitar muito o comércio e agricultura, e que se tirassem vantagens das produções espontâneas daquela grande parte da Província. Para estes objetos de certo não serve nem a Guarda-nacional, nem a tropa de linha, nem de Polícia.”

Em dezembro de 1851, Oliveira recebeu a promessa de trinta soldados que somente chegaram em agosto de 1852 (73).

A experiência do Tenente Oliveira verificou a necessidade dos soldados que serviam como agricultores exemplares e protegiam os índios nos aldeamentos; mas, no debate sobre o orçamento para o ano de 1852, a maioria impediu a passagem da verba necessária para o estabelecimento de soldados nos aldeamentos.

A oposição aos padres na Assembléia usou a tática de suspender o contrato para eliminá-los da atividade entre os índios. Visto que

(69) *Ibid.*, 9 nov. 1851.

(70) AHRS. Diretor Geral dos Índios, Tenente Oliveira ao Diretor Neves, Guaritá, 28 set. 1850.

(71) *Ibid.*, Oliveira a Neves, 5 jan. 1851.

(72) AHSI. Bras. M. 1001a, X. 15. Observações sobre a catequese.

(73) AHRS., Oliveira a Pres. Caxias, Guaritá, 6 dez. 1851; Oliveira a Neves, 25 ago. 1852.

essa oposição controlava a votação, o fim dos jesuítas na catequese dos índios foi apenas uma tomada de votos. Além dessa medida, ela reduziu, também a verba para a catequese de 8:500\$000 para 4:000\$000 réis e quis substituir os jesuítas pelos padres capuchinhos, a partir de primeiro de janeiro de 1852. Esta última resolução, porém, não ajudou os índios porque os capuchinhos nunca apareceram (74), e possivelmente nunca foram pedidos oficialmente. As circunstâncias políticas constituíram a razão principal porque terminou a atuação dos Padres com os índios Kaingáng, mas dificuldades internas da própria missão jesuítica estavam levando o Pe. Berdugo, à mesma conclusão.

CATEQUESE

A catequese dos Kaingáng foi possivelmente uma das mais difíceis tarefas dos padres. Essa tarefa foi tão árdua que quase ninguém quis fazê-la e os políticos cínicos do Rio Grande do Sul quiseram aproveitar-se, para fins estaduais, do espírito de sacrifício dos jesuítas espanhóis. Os padres, portadores da mensagem cristã envolta num cristianismo espanholizado, desejavam que os Kaingáng pudessem participar também dela. Além das informações já dadas sobre os Kaingáng, achamos oportuno, antes de tratar dos problemas internos da missão jesuítica, descrever mais detalhadamente alguns aspectos da cultura e psicologia dos Kaingáng.

A mais completa informação sobre o índio Kaingáng, na área da atuação dos jesuítas espanhóis, é dada pela antropóloga Itala Irene Basile Becker, no seu livro *O Índio Kaingáng no Rio Grande do Sul*. O índio Kaingáng era conhecido por outros nomes como Becker nos informa (75):

"A partir de 1882 é denominado Kaingáng, termo introduzido por Telemaco Morocines Borga para designar todo índio não Guarani dos Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul; abrange os que antes eram conhecidos como Guaináá, Coroados, Bugres, Shokléng, Tupi, Botocudos, etc., ..."

A área onde se encontrara o índio Kaingáng, no Rio Grande do Sul, era a seguinte (76):

(74) PÉREZ. *La Compañía de Jesús*. p. 907; "O Correio de Porto Alegre." 25 nov. 1851; FRIAS. "História." Cap. 9, p. 14.

(75) BECKER. *O Índio Kaingáng*. p. 37.

(76) *Ibid.*, p. 61.

"..., o Noroeste, o Norte e o Nordeste do Estado, na margem esquerda do Rio Uruguai, sendo limites extremos pelo NO o Rio Piratini e pelo NE o Rio Pelotas, descendo pelos municípios litorâneos de Torres e mais ao sul até as matas adjacentes às bacias dos Rios Caí, Taquari e Jacuí, ..."

O índio Kaingáng tinha uma maneira particular de escolher o seu sítio de toldo. O engenheiro Pierre François Alphonse Booth Mabilde descreve a localização normal desses sítios (77):

"Eles não procuram as margens de um rio ou arroio para aí estabelecer-se como fazem outras nações selvagens indígenas. Sacrificam a comodidade de ter água próxima dos seus ranchos para sempre colocarem-se sobre um monte elevado onde subindo ao alto de uma árvore podem descobrir tudo, dominando com a vista a vizinhança do alojamento."

Baseada em informações, às vezes contraditórias, sobre os traços da personalidade dos índios Kaingáng, Becker disse o seguinte sobre esse índio no século XIX (78):

"Para o século XIX, fazendo uma dupla contagem, teríamos duas facetas diferentes. Da soma de uns elementos teríamos um índio de caráter sóbrio, taciturno, mas observador entre estranhos, mais ou menos expansivo mas moderado no falar dentro do grupo e bastante desconfiado. Corajosos e valentes nos combates, são capazes das maiores crueldades tornando-se maus, falsos, vingativos, rudes e oportunistas, agindo sem comiseração. Unidos entre si no que diz respeito ao interesse geral do grupo, são, entretanto, rivais entre si no tocante aos interesses da própria subsistência, tornando-se desconfiados, rancorosos e hostis: ..."

E, finalmente, uma palavra sobre sua organização tribal. Os índios Kaingáng são organizados em tribos que (79):

"... são constituídas por famílias entrelaçadas e parentes chegados; vivem em relativa harmonia no respeito aos interesses gerais do grupo, mas a luta pela subsistência, mormente representada pelo pinhão, pode ser considerada como um dos condicionantes para a separação das tribos."

Mabilde dá ainda mais pormenores (80):

"Estão sujeitos (os Índios Kaingáng) a uma autoridade superior, de que dependem, que é o cacique principal ou chefe de todas elas, e a quem prestam uma obediência cega. Nada fazem os chefes das tribos subordina-

(77) *Ibid.*, p. 62.

(78) *Ibid.*, p. 52.

(79) *Ibid.*, p. 110.

(80) *Ibid.*, p. 110-111.

das sem consultar o cacique principal, o que este resolve e ordena é executado com todo o risco e com toda a pontualidade.

Qualquer falta de obediência ou dissidência traz para o chefe dissidente e sua tribo uma guerra de morte; e quando tal acontece mui raras vezes tornam a conciliar-se; geralmente a tribo dissidente acaba pelo seu completo extermínio se não foge a tempo para mui longe do lugar em que está o alojamento geral."

Estas descrições dão uma boa visão sobre o índio Kaingáng, mas através de seu contato com os jesuítas no trabalho de catequese, a sua imagem se tornará ainda mais nítida.

A informação mais precisa que nós temos sobre a catequese dos jesuítas espanhóis vem das cartas dos Padres Luís Santiago Villarrubia, Julián Solanellas, Bernardo Parés e Luiz Cots. Os dois primeiros trabalharam na aldeia de Nonoai e os outros dois em Guaritá. De todas as aldeias onde os jesuítas ensinavam a doutrina cristã, somente Nonoai, tinha índios já batizados. Estes, cerca de setenta, chegaram a Nonoai, provavelmente no ano 1848, de Palmas e Guarapuava, da então Província de São Paulo, sob o comando de Vitorino Condá. Mas, por negligência ou por esquecimento, não sabiam nada de sua religião adotada (81). É bem possível que esses índios fossem batizados em Guarapuava, onde houve catequese, nos anos de 1812-1826 (82). A superficialidade da sua vida cristã não é surpreendente, visto que o Pe. Francisco das Chagas Lima, que trabalhou em Guarapuava, disse que os resultados dessa catequese não foram muito positivos (83).

O Pe. Villarrubia, um observador atento, salientou quatro dificuldades no ensinamento da doutrina cristã aos índios:

Primeira — o indiferentismo religioso. O jesuíta achou que os índios eram indiferentes à religião, porque, a seu ver, não praticavam culto algum e tinham apenas uma idéia confusa da alma e de Deus. Para eles, Deus era um ser terrível e vingador, com o nome de Tupé, e a alma, o espírito de uma pessoa morta, o que, no seu entendimento, era uma realidade ameaçadora. Por causa disso, os índios tinham muito medo das almas, principalmente de seus inimigos falecidos.

(81) AHSI. Bras. M. 1001a. VII. 2. Mapa de los índios existentes en el aldea-mento e colonia de Nonohay, enero de 1850.

(82) LIMA, Francisco das Chagas. "Memoria sobre o descobrimento e colonia de Guarapuava." *Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico ou Jornal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, 4: 55-59, 1842.

(83) *Ibid.*, p. 57.

Segunda — o idioma. Segundo o Pe. Villarrubia, a falta de uma gramática da língua dos índios prejudicou seriamente a catequese dos padres. O jesuíta achou melhor que, em vez dos Padres aprenderem a língua indígena, um dos índios aprendesse o português para facilitar a catequese.

Terceira — o mau exemplo dos outros cristãos. O jesuíta lamentou que as únicas pessoas, além dos próprios índios, que sabiam o idioma indígena eram pessoas, em geral, que tinham dado mau exemplo de sua religião. O Pe. Villarrubia queria isolar os índios de todo contato com esses indivíduos, mas sabia que isso não seria possível, devido à cobiça dos aventureiros nas terras dos índios.

Quarta — o respeito humano e a preguiça dos índios. O Pe. Villarrubia disse que foi muito difícil atrair os adultos para a catequese e atribuiu essa ausência à sua preguiça. Também seu respeito humano inibiu os índios interessados em batismo. Em Nonoai, houve alguns índios de trinta anos de idade que não queriam submeter-se às perguntas comuns dos padres no seu ensinamento da doutrina cristã. Portanto, esses nunca seriam batizados (84).

Há duas perguntas a serem feitas sobre essas avaliações do Pe. Villarrubia: são verdadeiras? E, se são, como os jesuítas as contornaram? Primeiramente, trataremos da veracidade dessas observações.

Primeira — o indiferentismo religioso. O Pe. Villarrubia notou que o índio Kaingáng cuidava muito de seus mortos, mas não percebeu que, nesses cuidados, consistia seu único culto. A antropóloga Becker explica este fato cultural (85):

“O culto relacionado com os mortos é a expressão mais saliente da cultura espiritual do Kaingáng, segundo Baldus (Herbert Baldus), com referência ao grupo de Palmas, Paraná. Poderíamos fazer a mesma afirmação no tocante ao Rio Grande do Sul, salientando sua grande influência na vida do grupo. Não podemos, entretanto, apontar esse aspecto cultural como decorrência da crença única baseada num ser supremo, mas, sim, a partir da crença animista ligada a fenômenos naturais de grande influência nos diferentes aspectos de sua vida.”

O índio Kaingáng, de fato, tinha idéias confusas sobre Deus, porém, o seu tratamento dos mortos indica que acreditava na imortalidade da alma ou espírito do falecido (86). O Pe. Carlos Teschauer,

(84) AHSI. Bras. M. 1001a, X. 2. Villarrubia a Beckx, Nonohay, 2 fev. 1851.

(85) BECKER. *O Índio Kaingáng*. p. 263.

(86) *Ibid.*, 273.

S.J., que trabalhou nos fins do século XIX, com o índio Kaingáng, observou que o Kaingáng sentia temor mais do que qualquer outra emoção. Becker, citando o Pe. Teschauer, descreve bem esse sentimento (87):

“... ‘criam que a alma dos defuntos, a qual chamavam acupli, se convertia em demônio’. Julgamos que essa alma transformada em demônio seria ‘vaicupri’ (pli), porque, ao referirem suas desgraças atribuídas a espíritos, diziam vaicupri ou a alma do fulano me fez este mal.”

Parece que o culto dos mortos não foi percebido pelo Pe. Villarrubia.

Segunda — o idioma. Sem dúvida, a falta de meios para aprender a língua do índio Kaingáng impediu seriamente a catequese dos padres. A opinião do Pe. Villarrubia, de que seria melhor que um dos índios aprendesse português, vai contra todas as normas ideais não somente da antropologia atual, mas também contra a própria experiência dos jesuítas na época colonial. Inclusive, o Pe. Luís Cots culpou os seus colegas por não aprenderem a língua indígena e achou que essa aprendizagem deveria ser a pedra angular de toda a catequese (88). Apesar dessa crítica, a opinião do Pe. Villarrubia tem, a nosso ver, seus méritos na vida prática. Não se nega, porém, que catequizar na língua dos Kaingáng, a qual, aliás, é muito difícil, seria o ideal.

Terceira — o mau exemplo dos outros cristãos. O Pe. Villarrubia entendeu perfeitamente a impossibilidade de ensinar como ser cristão com outros cristãos desfazendo sua própria pedagogia. Toda a experiência jesuítica na época colonial corrobora a opinião do Pe. Villarrubia (89).

Quarta — o respeito humano e a preguiça dos índios. É difícil verificar essa observação do Pe. Villarrubia. O que ele entendeu por respeito humano, supomos nós, foi o medo que alguns índios tinham de perder a estima aos olhos dos seus colegas por aprenderem a doutrina cristã com os índios mais jovens. Achamos que essa atitude revela um aspecto social de muita importância e, dada uma cultura como a do índio Kaingáng, na qual eram seguidas normas de

(87) *Ibid.*, p. 274-275.

(88) AHSI. Bras. M. 1001a. X. 14. Cots a Berdugo, Guaritá, jun. 1851.

(89) Veja; LEITE, Serafim. S.J. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Lisboa. Livraria Portugalia, 1938. v. 2, p. 42-60.

conduta bem delineadas, seria uma modificação profunda de cultura os adultos assistirem às mesmas instruções orientadas para crianças (90).

Em relação à preguiça dos índios, sabemos que o Pe. Parés, ao ver os índios em Nonoai, pela primeira vez, achou-os preguiçosos em relação ao trabalho. É bem possível que essa atitude se estendesse à catequese também.

Como contornaram os jesuítas essas dificuldades? Em grande parte, os Padres as deixaram de lado e dedicaram-se à catequese das crianças. Pelo menos, isto aconteceu em Nonoai de onde nós temos mais documentação.

A CATEQUESE DAS CRIANÇAS

O ambiente das aldeias, portanto, não era propício para a catequese dos adultos e, por causa disso, o Pe. Villarrubia pôs sua esperança na catequese dos índios jovens e das crianças. O jesuíta não foi o único a acentuar a importância de catequisar os índios mais jovens. O Pe. Parés, já em 1848, elaborou planos para construir em cada aldeamento uma escola para ensinar os meninos a ler e escrever e uma capela para os exercícios de religião (91).

O Pe. Villarrubia tinha a sorte de ter como colega em Nonoai o Pe. Julián Solanellas que era um catequista extraordinário. O método desse jesuíta faz lembrar o de seus antecessores no século XVI. Como Manuel da Nóbrega, o Pe. Solanellas logo percebeu como a música enfeitava os índios jovens. O jesuíta, então, usava cantos para atrair os meninos à catequese e à recitação diária do terço. Os jovens índios, mesmo não entendendo a letra, cantavam os hinos religiosos para a edificação de todos (93). Infelizmente, o jesuíta não deixou a melodia, porém, encontramos a letra desses hinos na sua correspondência. Os meninos cantavam nada menos que dez hinos durante a celebração da Missa, que era celebrada na forma tridentina. Sua distribuição era a seguinte: à chamada, (em que funcionava em vez de campainha), ao começar a missa, à epístola, ao ofertório, ao prefácio, à elevação da hóstia, ao "nobis quoque peccatoribus," ao

(90) BECKER. *O Índio Kaingáng*. p. 109-124, *passim*.

(91) AHSI. Bras. M. 1001a, VII. 8. *Parés ao Pres. Andréia*, Porto Alegre, 6 nov. 1848.

(92) LEITE. *História da Companhia*. v. 2, p. 24-25.

(93) AHSI. Bras. M. 1001a. X. 2. *Villarrubia a Beckx; Nonohay*, 2 fev. 1851.

“Domine non sum dignus,” à pós-comunhão e ao último evangelho.
A título de exemplo, transcrevemos o hino cantado ao prefácio (94):

(94) AHSI. Bras. M. 1001a, X. r. *Pe. Julián Solanellas ao Pe. Berdugo, Nonohay*, 26 fev. 1851. Os outros cantos são os seguintes:

Llama que sirve de campana;
Deos vos salve Maria
filha de Deos Padre
Deos vos salve Maria
Esposa do Espírito Santo
Deos vos salve Maria
Templo e Sacratio
da Santissimo Trindade.

Al començar la Missa;
Perdão ó meu Deos
perdão indulgência,
perdão e clemência,
perdão e piedade.

A la Epistola;
Amado Jesus, José e
Maria eu vos dou
meu coração e alma minha.

Al ofertório;
O Virgem Santissima
não permitais
que eu viva nem morra
em pecado mortal.
Em pecado mortal
eu não he de morrer,
que a Virgem Santissima
me há de valer.

A la elevación de la hostea;
Eu vos adoro
a cada momento
meu doce pão do ceu
meu divino sacramento.
Adoremos todos
aquele pão sagrado
pois que nelle temos
a um Deos consecrado.

Al nobis quoque peccatoribus;
Meu Jesus aos vossos pes
chega agora arrependido
o peccador mais ingrato
que no mundo foi nascido.
Nessa cruz aonde estais
Todo ferido e chagado
Para me dares a vida
Morrestes cruxificado.
Na vossa misericórdia
onde tenho o maior bem
espero remedio achar
para tudo sempre. Amen.

Al Domine non sum dignus.
Bendito e louvado seja
o Santissimo Sacramento
da Eucaristia: fruto
do ventre sagrado
da virgem purissima
Santa Maria.

Al post-communio;
Maria valenos
aos vossos devotos
vinde socorrenos |
O povo vos ama
por Mãe vos aclama
saudoso suspira
pelo vosso amor.
Santa Maria Mãe de Deos
Rogai a Jesus por nós,
Tende misericórdia Senhora
Tende misericórdia de nós.

Al último evangelio;
Gloria Patri et Filho et
Spiritui Sancto.
Sicut erat in principio,
et nunc, et sempre, et in
saecula saeculorum. Amén.

“Louvado sejas
amoroso Jesus,
que o mundo remistes
cravado na Cruz.
Cravado na Cruz
para nos salvar,
e nós tão ingratos
sempre a pecar.
Sempre a pecar
sem emenda ter.
Ninguém considera
que há de morrer.
Que há de morrer
e conta há de dar
a meu Deus infinito
que nos há de julgar.
E pedimos também
a estar na glória
para sempre. Amem.”

Além dos cantos, o jesuíta usava gravuras para explicar a vida eterna e o inferno, um método que deu bons resultados. Também, o Pe. Solanellas tentou ensinar os meninos a escrever; mas eles não tinham paciência e somente podiam aplicar-se por alguns momentos. Provavelmente, o meio mais eficaz para unir os índios foi o jogo de pelota que o jesuíta introduziu. É difícil indicar que forma de pelota foi introduzida, mas é bem provável que fora a variedade chamada de pelota valenciana. Esse jogo servia, também, a uma outra finalidade, porque o jesuíta queria que a pelota tomasse o lugar de um jogo indígena em que dois grupos lançavam tições acesos (tizones encendidos) numa batalha simulada. Normalmente, esse jogo era praticado à noite e geralmente alguém saía ferido (95).

O TRABALHO

Se os jesuítas dirigiam suas energias a ensinar às crianças, o que aconteceu com os adultos? Os padres tentaram convencê-los da importância do trabalho a fim de providenciar sua própria alimentação. Porém, os índios de Nonoi nem sempre estavam dispostos a fazer isso, como o Pe. Parés nos diz (96):

(95) AHSI, Bras, M, 1001a, X, 2, Villarrubia a Beckx, Nonohay, 2, fev. 1851.

(96) AHSI, Bras, M. 1001a, VII, 8, Parés ao Pres. Andréia, Porto Alegre, 6 nov. 1848.

"O caracter de todos estes indígenas é indolência, porém, a repugnância que têm eles do trabalho não provem somente de natural preguiça e da falta de costumes, mas também da persuasão em que estão de que o trabalho é coisa própria só dos escravos e das mulheres, e como temem a escravidão mais que a morte, por isto é que detestão o trabalho, e que o considerão como coisa degradante. Me parece com tudo que são muito mais vivos e capazes do que os Guaranis, e assim cuido que com o tempo e paciência se poderá tirar deles melhor partido. São muito desconfiados, mas isto parece provenir parte dos motivos que anteriormente se lhes derão, parte do medo de serem punidos pelos danos que têm feito aos Cristãos. Inconstância já se sabe que não he menos própria das crianças, que dos selvagens, a quem se deve quasi em tudo tratar da mesma maneira."

Esta cena não foi muito boa, mas o Pe. Parés ficou um pouco mais animado com o que viu na aldeia de Guaritá (97):

"Observei na Guaritá que os Bugres têm bastante confiança na gente daquela vizinhança, que tem tido bastante prudência para atrahi-los e não sei que até agora se lhes tenha dado motivo de escândalo: assim é que se acostumão alugar para trabalhar nos herveas, e se estima seu trabalho à causa da facilidade de que eles têm de trepar nas arvores para desgallar a herva. Isto poderia ser bom para acostumá-los ao trabalho e ao trato com os Cristãos: porém era preciso que não se abusasse da sua simplicidade, antes que a vista da recompensa de seu trabalho fosse um estímulo que os tirasse da sua natural preguiça."

Qual seria a solução para educar os índios sobre o valor do trabalho? O Pe. Parés achava que os soldados enviados para manter a ordem podiam ser trabalhadores também. Seria uma maneira melhor de instruir os índios e ganhar sua confiança (98). O Pe. Cots era da mesma opinião, mas ele não poupou palavras: "sin una compañía de pedestres no podia ir la cosa (catequese) adelante" (99). Apesar dessas opiniões pouco favoráveis, em Nonoai, em 1850, os índios evidentemente perceberam o interesse dos padres e cultivaram uma área considerável de 25,5 alqueires de milho e 8 alqueires de feijão (100).

(97) *Ibid.*

(98) AHSI, Bras. M. 1001a, VII, 2, Parés ao Pres. Andréia, Passo Fundo, 28 maio 1849.

(99) AHSI, Bras. M, 1001a, X, 14, Cots a Berdugo, Guaritá, 30 junho, 1851.

(100) AHSI, Bras. M. 1001a, VIII, 2, Mapa de las plantaciones hechas en el aldeamento de Nonohay, 1850.

OUTRAS CONSIDERAÇÕES

O gosto da caça, nas florestas, também prejudicou o cultivo de milho e feijão, sem falar dos efeitos na catequese (101). Contudo é difícil entender porque os jesuítas eram contra essas saídas, uma vez que os padres capuchinhos, na sua catequese, até incentivavam os índios a continuarem seus costumes em relação à caça e à pesca (102).

Outro fator que prejudicou as atividades dos jesuítas foram as lutas entre os próprios índios. Os padres economizariam seus esforços, se todos os índios se juntassem numa só aldeia. Essa solução lógica não foi viável, porque, além de não haver, em 1848, roças suficientes para sustentar todos os índios em Nonohay, rivalidades e brigas anteriores excluíam tal unificação. O próprio Pe. Villarrubia ironizava essas constantes brigas (103):

“Lo bello es que todos temen los unos de los otros, y aunque no hay peligro de que los mansos sean los primeros en acometer a los selvages, contudo hay siempre peligro de que los mansos sean acometidos, e estes siempre com miedo de serlo, no porque los selvages sean mas valientes, sino porque tienen costumbre de acometer a la impensada, y a golpe seguro. Por esso se ha jugado necesario pedir al gobierno alguna fuerza militar que asegure a unos, e imponga respeto a los otros.”

A presença de soldados, portanto, resolveria dois problemas: guardar a paz e dar exemplo no cultivo de milho e feijão. Evidentemente, os soldados não podiam ser soldados quaisquer, mas homens trabalhadores e escolhidos, como já referimos acima, entre os caboclos do Rio Negro do lugar chamado de Campo do Tenente. Os jesuítas concordaram com o Tenente Oliveira, cuja opinião sobre esses soldados era muito favorável.

Apesar desta situação sombria, o Pe. Villarrubia não perdeu esperança nos índios, devido aos três aspectos da vida deles que o impressionavam: 1) entre esses índios raramente havia bêbado, porque o uso de bebidas alcoólicas foi mínimo; 2) havia pouca poligamia e a fidelidade nos casamentos era notável; 3) os índios cumpriam

(101) AHSI, Bras, M, 1001a, X, 2, Villarrubia ao Beckx, Nonohay, 2 fev. 1851.

(102) PITANGA, Antônio F. de Sousa. “Tutela dos Índios. Sua catechese,” *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, III, Tomo especial, 505-506, 1916. Além de catequisar os índios, os padres atenderam, também, às famílias dos soldados e outros não-índios, que por alguma razão ou outra, moravam na área. AHSI, Bras, M, 1001a, X, 2. Villarrubia a Beckx, Nonohay, 2 fev. 1851.

(103) AHSI, Bras, M, 1001a, X, 2, Villarrubia a Beckx, Nonohay, 2, fev. 1851.

rigidamente suas promessas (104). O Pe. Villarrubia tinha razão para sua esperança? Achamos que tinha, mas algumas observações têm que ser feitas.

Visto que o Pe. Villarrubia não notou a importância do culto dos mortos, é bem possível que lhe escapasse também ver o uso extenso de bebidas fermentadas nesse culto. Porém, sua opinião ainda tem valor, porque, fora dessas ocasiões específicas e de algumas outras festas, o uso de bebidas alcoólicas era restrito.

Sobre o casamento do índio Kaingáng, Becker diz o seguinte (105):

“Pode-se dizer que a regra geral do casamento Kaingáng é a monogamia, admitindo-se a poligamia como exceção e como direito exclusivo do cacique principal.”

O índio Kaingáng condenava o adultério com a pena de morte (106), mas entre eles a fidelidade tinha um sentido relativo (107):

“A fidelidade conjugal neste grupo não pode ser tomada em seu sentido popular, mas, sim, como uma decorrência do domínio ou da posse do homem sobre a(s) mulher(es). Vários autores, e entre eles Mabilde, dão ênfase a este aspecto, como se pode ver no texto já antes referido; nele o autor menciona o tratamento dispensado ao civilizado que se introduz em seu alojamento e a quem cede sua mulher até para o ato sexual. Relata o autor, ‘que, tendo dado (ano de 1850) uma faca a um Coroado, este a trocou com outro pela mulher. O Coroado manifestou que se o autor lhe desse outra faca lhe emprestaria a mulher (de uns 35 anos) até o dia seguinte.

Desse fato se deduz a diferença bem clara entre o que se pode tomar por um simples relacionamento sexual e o matrimônio como forma socialmente aprovada de relacionamento; somente este dá direito à procriação da prole.”

Certamente houve casos em que os índios, entre si, não cumpriram sua palavra e as várias guerras de morte o provam (108), mas parece que o Pe. Villarrubia estava suficientemente impressionado com o modo de os índios tratarem os padres.

Evidentemente o Pe. Villarrubia respeitava o índio Kaingáng, fato, que, supomos nós, os índios não deixaram de perceber. De fato,

(104) *Ibid.*

(105) BECKER. *O Índio Kaingáng*. p. 205-206; 267-268.

(106) *Ibid.*, p. 157.

(107) *Ibid.*, p. 152.

(108) *Ibid.*, p. 285-292, *passim*.

os padres não forçaram os índios à doutrina cristã. Ao contrário, tiveram o maior cuidado possível na sua catequese, e um bom exemplo é como eles cuidavam do sacramento do batismo. Os padres só batizavam pessoas em perigo de morte. O Pe. Villarrubia frisou que, das vinte e cinco pessoas batizadas, nesse condição, todas se recuperaram, menos um adulto (109). Fora desses casos, os padres não batizavam ninguém por falta das disposições necessárias (110).

As pessoas que eram batizadas e sobreviviam, criavam um problema muito sério para os padres, porque então eles sentiam a obrigação de ensinar a doutrina cristã com o máximo cuidado e de cuidar de seu comportamento. De fato, essa situação, que não deixa de ser irônica, revelou a dificuldade de comunicação entre os padres e os índios. Os padres não podiam explicar os mistérios da Trindade e da Encarnação, verdades essenciais para qualquer catequese. A razão principal era que os padres simplesmente não encontravam termos adequados na língua indígena para explicar esses mistérios aos índios (111).

E, no fim, qual foi o fruto dessa catequese nos seus termos especificamente religiosos? O Pe. Villarrubia, que, talvez, fosse o mais interessado na catequese dos índios, deu uma avaliação sóbria dessa atividade (112):

“De lo dicho V. R. (Pe. João Coris) inferirá que nuestra misión por ahora se reduce á echar los cimientos de un pueblo que es menester aficionar á la vida social, atraerlo al trabajo, e infundirle paso á paso deseos y amor á la religión cristiana, antes que pueda reducirse á la observancia de ella; lo que con el favor de Dios se conseguirá, mas ha de ser fruto de larga paciencia y de mucha oración.”

O FIM DA MISSÃO

Como já vimos, a Assembléia Legislativa negou-se a renovar o contrato dos padres jesuítas, pondo então fim a seu ambicioso apos-

(109) AHSI, Bras, 1001a, X, 2, Villarrubia a Beckx, Nonohay, 2, fev. 1851.

(110) *Ibid.*

(111) *Ibid.*

(112) PÉREZ. *La Historia de la Compañía*. p. 525. Para uma visão sucinta da catequese do Índio brasileiro e uma apreciação das dificuldades deste trabalho veja: CÉSAR, José Vicente. *Catequese e conversão dos índios do Brasil*. Brasília, Anthropos do Brasil, 1975.

tolado. Mas dificuldades internas igualmente estavam condicionando os padres a chegarem à mesma conclusão.

A situação em Nonoai, sempre o mais problemático aldeamento, tornou-se perigosa. Apesar de o Pe. Parés ter aceitado a diretoria de Nonoai, ainda estava tentando conseguir um diretor leigo. Escreveu ao Pe. Assistente, Inácio Maria Lerdo, S.J., o seguinte (113):

“Hablé com el Presidente para que nombrase alguna persona que encargase en el Nonohay y como lo habia ya en la Guaritá, de dirigir a los Bugres en lo temporal y repartirles las herramientas, ropas, y mantenimiento que el Gobierno les quisiese dar. Me contestó que no habia por allá persona de quien el Gobierno se pudiese fiar, y que queria que los PP Misioneros se encargasen de todo, y que ya no queria otra clase de Directores. Le hice ver los inconvenientes que en esto habia, y quedó convencido, de que no era conveniente que nosotros nos encargasemos por ahora de lo temporal; pero no quiso nombrar Director que quiso que yo me encargase de repartirles unos fardos...”

Em junho de 1851, o Pe. Parés avisou o Presidente Caxias de que, além do ex-diretor Rocha, dois outros aventureiros, um Verissimo e um Fernandez, estavam invadindo as terras dos índios em Nonoai (114). O jesuíta ainda não tinha conseguido um diretor leigo para esta aldeia e não tinha meios para controlar os aventureiros. Alguns índios, chefiados pelo velho Nonoai, percebiam a situação precária dos padres e desafiavam o governo provincial que, se não enviase uma força militar para tirar os aventureiros, eles mesmos iriam fazê-lo. Além dessa séria dificuldade, mais índios chegaram de Palmas sob o comando de Vitorino Condá e iriam aldear-se noutro campo, prejudicando a catequese dos padres. Portanto, em Nonoai os problemas estavam crescendo de tal maneira que os padres não dispunham de meios para contorná-los (115).

Apenas um mês depois, o Pe. Berdugo escreveu ao Pe. Provincial Antônio Morey, S.J., relatando as queixas gerais dos padres sobre a catequese nas aldeias. Achavam que o Pe. Parés devia ter ficado com uma só aldeia em vez de três, e que ele devia morar em Porto Alegre, cuidando da administração da catequese. O Pe. Parés entrou demais em pormenores que podiam ter ficado nas mãos dos padres de cada aldeia. Seu gosto por detalhes implicava muitas viagens entre Porto

(113) AHSI, Bras, M. 1001a, IX, 3, Parés a Lerdo, Porto Alegre, 16, fev. 1850.

(114) AHERS, Catequese, Parés ao Pres. Pedro Ferreira de Oliveira, Passo Fundo, 1, março, 1851.

(115) AHSI, Bras, M, 1001a, X, 10, Parés a Caxias, Guaritá, 1, junho, 1851.

Alegre e as três aldeias, mas sua presença era muito mais importante em Porto Alegre, onde a política da catequese dos índios era feita e desfeita. Sua ausência de Porto Alegre possibilitou que a propaganda espalhada pelos inimigos dos padres ganhasse uma certa credibilidade (116). Essas críticas simplesmente confirmaram as dúvidas que Morey expressou ao Pe. Berdugo nos fins de 1849, quando avisou o Pe. Berdugo para manter apenas duas aldeias e para aproveitar os padres em outras atividades apostólicas mais viáveis (117).

Os três padres, Cots, Villarrubia e Coris, também tinham algumas observações sobre a catequese nas aldeias. O Pe. Cots trabalhava na aldeia de Guaritá e era de opinião que os padres tinham perdido sua credibilidade diante dos índios. O governo provincial prometera muito aos índios, mas não podia realizá-lo. E, visto que os padres, aos olhos dos índios, representavam o governo, perdiam sua autoridade na medida em que as promessas governamentais não se concretizavam. O jesuíta culpou os padres, porque não sabiam a língua indígena. Essa falta, segundo ele, impediu ligações sentimentais entre os jesuítas e os índios e, conseqüentemente, inibiu a realização de todos os valores religiosos e culturais que os padres desejavam implantar (118). O Pe. Cots ficou mais preocupado, aliás, com o fato de que o Pe. Parés não deu valor a suas sugestões (119).

O Pe. Villarrubia não compartilhava da confiança do Pe. Parés para com o governo. Desde o princípio, o Pe. Villarrubia duvidava das intenções do governo provincial. O jesuíta achava que o governo queria fazer dos índios soldados e considerava que, para esse fim, não seria necessário catequisá-los. Bastava um padre em cada aldeia. Porém pessoalmente acreditava no esforço dispendido para catequisar os índios. Lamentava, pois, que o governo não tivesse o mesmo interesse. Finalmente, era de opinião que missões rurais, utilizando Porto Alegre como base de operações, rendiam mais fruto religioso do que a catequese nas aldeias (120).

O Pe. Coris morava no Desterro, mas estava a par dos acontecimentos com a catequese nas aldeias. Era de opinião que as lutas

(116) AHSI, Bras, M, 1001a, XI, 2, Berdugo ao Morey, Santa Catarina, 1, mar., 1852.

(117) AHSI, Bras, M, 1001a, VIII, 11, Morey a Berdugo, Paris, 20, nov., 1849.

(118) AHSI, Bras, M, 1001a, X, 14, Cots a Berdugo, Guaritá, 30, junho, 1851.

(119) *Ibid.*

(120) AHSI, Bras, M, 1001a, X, 2, Villarrubia ao Pe. Johaan Roothaan, Nonohay, 2, fev. 1851.

partidárias e as mudanças dos presidentes prejudicavam muito os trabalhos dos padres. Os inimigos dos padres disseram que, em relação às verbas gastas com os índios, os seus resultados não foram muitos. Mas, segundo o Pe. Coris, esses críticos sabiam muito bem que, anteriormente, o orçamento para os índios era maior que o orçamento para o trabalho catequético dos padres. Os críticos simplesmente não podiam sonegar o dinheiro destinado aos índios com os jesuítas nas aldeias. Além disso, a presença dos padres dificultava a posse das terras dos índios por pessoas alheias que as cobiçavam. Por causa dos atritos criados por essa presença, o Pe. Coris era de opinião que o Pe. Parés podia utilizar os padres noutros trabalhos apostólicos. (121).

O próprio Pe. Parés não era insensível a essas queixas. Provavelmente o ideal de trabalho com os índios deu-lhe mais paciência para enfrentá-las, porque, em junho de 1851, tomou a decisão de terminá-las (122). Certamente foi uma decisão desanimadora para o jesuíta, mas ele mesmo tivera a intuição, já em 1848, de que esse trabalho poderia terminar mal por causa das implicações políticas. O que ele não esperava eram as dificuldades internas da catequese. Em todo caso, tudo terminou no fim de 1851. Refletindo sobre as dificuldades das aldeias, o Pe. Morey decidiu que os Padres deviam sair das aldeias e essa decisão chegou às mãos do Superior, Pe. Berdugo, na hora em que os deputados decidiram não renovar o contrato dos padres jesuítas (123).

PÓS-ESCRITO

Na documentação encontrada, há uma avaliação da catequese dos jesuítas que o Pe. Teschauer atribui ao Pe. Parés (124). Essa avaliação pergunta retoricamente, "..., quaes as vantagens que a catequese tem produzido?" (125). A mesma responde (126):

"Podem responder todos os estanceiros dos districtos de Mbutucarai, Passo Fundo, Campo do Meio, Palmeira, desde o Sto. Anjo até Vacaria: podem responder inumeraveis moradores de sítios e lavouras que se têm

(121) AHSI, Bras, M, 1001a, X, 13, Coris a Lerdo, Desterro, 8, nov., 1851.

(122) AHSI, Bras, M, 1001a, X, 14, Cots a Berdugo, Guaritá, 30, junho, 1851.

(123) FRIAS, Lesmes, S.J. "História." Cap. 9, p. 12, notas.

(124) TESCHAUER, "A catechese dos índios coroados." p. 153.

(125) AHSI, Bras, M, 1001a, X, 15, Observações sobre a catequese, nov. 1851.

(126) *Ibid.*

estabelecido em todas aquelas serras e matos em lugares onde faz agora cinco anos, não se animarão sem fortes escoltas a penetrar. Responderão os tropeiros e o comércio nesses matos Castelhana, Português e Sertão do Sul que agora atravessam sem medo e com toda segurança. Digam-nos finalmente os Hervecidos que de quatro ou cinco anos a esta parte, é o ramo de indústria de que subsistem, e que da cada dia maior incremento a aqueles districtos. Somos bem injustos! Quando faz agora quatro ou cinco anos começaram os Bugres a apresentarem-se geralmente os votos do povo principalmente daqueles districtos e sertões, que outra coisa não querião, senão poderem estar seguros nas suas casas e lavouras, poderem atravessar os matos sem perigos de serem massacrados; e proclamarão que era preciso fazer todo sacrifício em favor da catequese para conseguir isso somente. E agora quando não somente se tem conseguido isso, quando se utilizão do serviço dos Bugres em seus carichos e roças, quando vem os mesmos Bugres trabalharem nos herveas, fazerem suas plantações para não serem gravosos aos vizinhos, quando eles mesmos apresentam uma barreira de segurança contra os outros selvagens; se pergunta, que vantagens tem produzido a Catequese?? Nos queixaremos, porque ainda não estão civilizados, porque depois de três ou quatro anos ainda precisão dos auxílios da Nação, ainda não são capazes de salirem de tutela, ainda são selvagens??”

Comparando essa avaliação com as outras dos jesuítas acima, achamos que o Pe. Parés, se realmente é o autor dessa avaliação, salientou somente os aspectos positivos da catequese. Mesmo assim, não se pode negar os benefícios trazidos à população pela catequese. Infelizmente, os conflitos de terras e a política partidária resistiram diante das forças edificantes dos jesuítas. É duvidoso, porém, que um outro grupo, seja leigo, seja clero, pudesse ter conseguido resultados mais positivos nesse apostolado da catequese dos índios Kaingáng.

ENDEREÇO DO AUTOR:

*Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP)
Residência SJ
Rua do Príncipe, 526
50.000 Recife, PE*